

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	97
---	----

Pareceres e Declarações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	3.456.440	3.105.004
1.01	Ativo Circulante	333.549	302.455
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.664	48.205
1.01.01.01	Numerário Disponível	20	5
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	35.644	48.200
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.052	44.331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.052	44.331
1.01.06.01.01	IRPJ/CSLL a Recuperar	56.052	44.331
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	241.833	209.919
1.01.08.03	Outros	241.833	209.919
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	241.147	209.296
1.01.08.03.03	Outros Créditos	686	623
1.02	Ativo Não Circulante	3.122.891	2.802.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.985	77.660
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	86.777	77.443
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	86.771	77.402
1.02.01.10.04	Outros Créditos	6	41
1.02.02	Investimentos	3.031.850	2.720.813
1.02.02.01	Participações Societárias	3.031.850	2.720.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	128.290	116.358
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.755.297	2.468.490
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	148.263	135.965
1.02.03	Imobilizado	495	138
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4	6
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	491	132
1.02.04	Intangível	3.561	3.938
1.02.04.01	Intangíveis	3.561	3.938
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.561	3.938

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	3.456.440	3.105.004
2.01	Passivo Circulante	234.308	196.375
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.960	1.538
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.960	1.538
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.960	1.538
2.01.02	Fornecedores	569	900
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	569	900
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.050	34.799
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.944	34.705
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	524	2.863
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	4.134	22.183
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5.286	9.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	106	94
2.01.05	Outras Obrigações	221.729	159.138
2.01.05.02	Outros	221.729	159.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	219.880	157.602
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	1.621	1.395
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	228	141
2.02	Passivo Não Circulante	34.652	25.453
2.02.02	Outras Obrigações	268	0
2.02.02.02	Outros	268	0
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	268	0
2.02.04	Provisões	34.384	25.453
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.966	22.095
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.409	19.222
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	2.298
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	557	575
2.02.04.02	Outras Provisões	8.418	3.358
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	8.418	3.358
2.03	Patrimônio Líquido	3.187.480	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.538.825	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	327.613	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.159.274	-1.158.839

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	41.238	474.363	79.189	442.453
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.554	-21.570	-6.278	-20.940
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.014	5.020	4.752	8.451
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	44.778	490.913	80.715	454.942
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.238	474.363	79.189	442.453
3.06	Resultado Financeiro	-5.676	-5.768	-2.937	-5.176
3.06.01	Receitas Financeiras	95	149	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.771	-5.917	-2.937	-5.176
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.562	468.595	76.252	437.277
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-523	-523	-87	-87
3.08.01	Corrente	-523	-523	-87	-87
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.039	468.072	76.165	437.190
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.039	468.072	76.165	437.190
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
3.99.01.02	PN	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
3.99.02.02	PN	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	35.039	468.072	76.165	437.190
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.614
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.039	468.072	76.165	430.576

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-70.344	-63.685
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.983	-13.923
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	468.595	437.277
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.671	1.660
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-490.913	-454.942
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-640	-141
6.01.01.06	Juros Pagos	-14	-17
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	3.229	2.800
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-560
6.01.01.09	IRPJ e CSLL Pagos	-2.911	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.361	-49.762
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-11.721	-8.269
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-3.013	-24.448
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	-19	-42
6.01.02.04	Fornecedores	-331	565
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	422	443
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-34.925	-18.252
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	226	241
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	146.924	136.701
6.02.01	Juros Recebidos Mútuo Celesc D	0	409
6.02.02	Recebimento Principal Mútuo Celesc D	0	15.000
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	146.924	121.292
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-89.121	-73.225
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-195	-180
6.03.02	Dividendos Pagos	-88.926	-73.045
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.541	-209
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.205	26.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.664	26.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-140.894	0	-163.768
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-140.894	0	-140.894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.507	-435	468.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.072	0	468.072
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	435	-435	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	435	-435	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	327.613	-1.159.274	3.187.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-118.604	0	-118.604
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.604	0	-118.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.665	-7.089	430.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.190	0	437.190
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.614	-6.614
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.614	-6.614
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	475	-475	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	475	-475	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	319.061	-1.057.365	2.933.341

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	17.127	16.949
7.01.02	Outras Receitas	17.127	16.949
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.385	-9.300
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.385	-9.300
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.742	7.649
7.04	Retenções	-1.671	-1.660
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.671	-1.660
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.071	5.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	506.285	462.786
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	490.913	454.943
7.06.02	Receitas Financeiras	12.710	3.844
7.06.03	Outros	2.662	3.999
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	508.356	468.775
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	508.356	468.775
7.08.01	Pessoal	14.595	14.465
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.462	13.391
7.08.01.02	Benefícios	485	469
7.08.01.03	F.G.T.S.	648	605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.749	16.548
7.08.02.01	Federais	18.758	15.605
7.08.02.03	Municipais	991	943
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.940	572
7.08.03.01	Juros	5.917	379
7.08.03.02	Aluguéis	23	193
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	468.072	437.190
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	140.894	118.604
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.178	318.586

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	11.598.679	11.628.067
1.01	Ativo Circulante	3.488.054	3.678.616
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	660.895	940.684
1.01.03	Contas a Receber	1.694.414	1.758.933
1.01.03.01	Clientes	1.511.915	1.584.123
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.870.470	1.908.703
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-358.555	-324.580
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	182.499	174.810
1.01.04	Estoques	27.243	20.019
1.01.06	Tributos a Recuperar	838.347	699.238
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	838.347	699.238
1.01.06.01.01	IR e CSLL a Recuperar	91.549	64.134
1.01.06.01.02	Tributos Correntes a Recuperar	746.798	635.104
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	267.155	259.742
1.01.08.03	Outros	267.155	259.742
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	18.092	17.536
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	6.625	20.422
1.01.08.03.04	Outros Créditos	148.919	133.541
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	41.288	40.019
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	51.093	47.086
1.02	Ativo Não Circulante	8.110.625	7.949.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.932.667	3.143.744
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	217
1.02.01.02.02	Outros Títulos	208	217
1.02.01.04	Contas a Receber	16.825	19.273
1.02.01.04.01	Clientes	14.489	16.775
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	2.336	2.498
1.02.01.07	Tributos Diferidos	677.111	709.023
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	677.111	709.023
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.238.523	2.415.231
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	29.703	524.780
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	389.105	359.870
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	725.849	599.069
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	199.093	76.448
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	315.204	306.791
1.02.01.10.09	Ativo de Contrato	436.396	408.969
1.02.01.10.10	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	143.173	139.304
1.02.02	Investimentos	388.932	363.279
1.02.02.01	Participações Societárias	388.932	363.279
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	240.669	227.314
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	148.263	135.965
1.02.03	Imobilizado	183.511	133.865
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.151	35.945
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.825	7.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	129.535	90.155
1.02.04	Intangível	4.605.515	4.308.563
1.02.04.01	Intangíveis	4.605.515	4.308.563
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.557.077	4.258.464
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	44.877	46.161
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.561	3.938

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	11.598.679	11.628.067
2.01	Passivo Circulante	4.211.835	3.757.419
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	236.948	227.670
2.01.01.01	Obrigações Sociais	236.948	227.670
2.01.02	Fornecedores	975.944	1.016.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	975.944	1.016.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	241.324	289.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.943	118.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.191	30.996
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	36.599	49.419
2.01.03.01.03	Outros	15.153	38.476
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	168.354	168.346
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.027	2.560
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	421.488	507.699
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	259.922	297.229
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	147.697	262.833
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	112.225	34.396
2.01.04.02	Debêntures	161.566	210.470
2.01.05	Outras Obrigações	2.087.269	1.473.502
2.01.05.02	Outros	2.087.269	1.473.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	219.880	157.602
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	74.818	56.066
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	1.313.463	753.564
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	10.353	1.579
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.133	1.144
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a serem Restituídos a Consumidores	332.561	366.981
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	135.061	136.566
2.01.06	Provisões	248.862	242.238
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	248.862	242.238
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	248.862	242.238
2.02	Passivo Não Circulante	4.199.364	4.987.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.023.411	1.941.569
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.743.531	1.545.926
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	506.137	414.003
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.237.394	1.131.923
2.02.01.02	Debêntures	279.880	395.643
2.02.02	Outras Obrigações	134.383	897.732
2.02.02.02	Outros	134.383	897.732
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.474	50.410
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	97.521	106.643
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	0	733.963
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	9.388	6.716
2.02.03	Tributos Diferidos	96.096	89.214
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.096	89.214
2.02.04	Provisões	1.945.474	2.058.957
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.864.990	1.935.507

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	44.162	30.847
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	60.824	45.704
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.580.697	1.659.937
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	179.307	199.019
2.02.04.02	Outras Provisões	80.484	123.450
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	76.816	121.027
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	3.668	2.423
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.187.480	2.883.176
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.538.825	1.561.699
2.03.04.01	Reserva Legal	251.495	251.495
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.287.330	1.287.330
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	327.613	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.159.274	-1.158.839

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.606.496	7.813.312	2.458.743	7.501.571
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.942.106	6.496.266	1.719.649	6.424.011
3.01.02	Receita de Construção - CPC 47	246.816	831.356	345.133	904.287
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	414.835	470.084	397.031	162.047
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	2.739	15.606	-3.070	11.226
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.337.141	-6.575.768	-2.212.867	-6.400.234
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.865.705	-5.084.492	-1.649.939	-4.873.346
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.460	-11.209	-3.446	-10.046
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-221.160	-648.711	-214.349	-612.555
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-246.816	-831.356	-345.133	-904.287
3.03	Resultado Bruto	269.355	1.237.544	245.876	1.101.337
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-147.263	-450.070	-138.550	-451.461
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.457	-171.282	-49.584	-171.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-160.172	-462.107	-138.910	-388.556
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	55.222	141.632	14.926	39.914
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.144	41.687	35.018	68.287
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	122.092	787.474	107.326	649.876
3.06	Resultado Financeiro	-96.092	-169.184	-28.964	-57.732
3.06.01	Receitas Financeiras	107.728	529.676	133.334	362.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-203.820	-698.860	-162.298	-420.164
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.000	618.290	78.362	592.144
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.039	-150.218	-2.197	-154.954
3.08.01	Corrente	-834	-111.423	-10.401	-162.901
3.08.02	Diferido	9.873	-38.795	8.204	7.947
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.039	468.072	76.165	437.190
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.039	468.072	76.165	437.190
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.039	468.072	76.165	437.190
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
3.99.01.02	PN	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
3.99.02.02	PN	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.039	468.072	76.165	437.190
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.614
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	35.039	468.072	76.165	430.576
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.039	468.072	76.165	430.576

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	559.729	942.558
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	998.518	1.006.144
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	618.290	592.144
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	232.893	205.717
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-41.687	-68.287
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-60.402	-62.131
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	415.746	386.742
6.01.01.07	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de ativos	822	447
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-38.942	-8.287
6.01.01.09	Juros Pagos	-232.667	-180.072
6.01.01.10	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos	-14	-45
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	107.229	90.494
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-110.171	-53.376
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	41.789	48.640
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-15.606	-11.226
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	80.213	63.870
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.025	1.514
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-438.789	-63.586
6.01.02.01	Ativo Bônus Escassez Hídrica	0	101.723
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	369.982	713.530
6.01.02.03	Contas a Receber	-1.583	252.716
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-4.007	2.145
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	355.968	391.729
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-3.677	3.454
6.01.02.07	Estoques	-7.224	-7.668
6.01.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-2.600
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-27.033	4.977
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-11	-101.672
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-848.172	-778.357
6.01.02.14	Fornecedores	-40.569	-149.666
6.01.02.15	Tributos a recolher	-133.518	-820.261
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-13.658	-12.814
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-96	-204.355
6.01.02.18	Passivo Financeiro - CVA	113.567	694.144
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-197.253	-173.722
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-1.505	23.111
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-712.536	-741.715
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-741.266	-766.379
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-152	-779
6.02.05	Dividendos Recebidos	28.882	25.443
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-126.982	391.174
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-7.901	-5.621
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-2.694	-63.688

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	137.655	610.000
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-88.926	-73.045
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-165.116	-76.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-279.789	592.017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	940.684	844.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	660.895	1.436.105

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-140.894	0	-163.768	0	-163.768
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-140.894	0	-140.894	0	-140.894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.507	-435	468.072	0	468.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.072	0	468.072	0	468.072
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	435	-435	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	435	-435	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	327.613	-1.159.274	3.187.480	0	3.187.480

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.191.329	0	-1.050.276	2.621.369	0	2.621.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-118.604	0	-118.604	0	-118.604
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.604	0	-118.604	0	-118.604
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	437.665	-7.089	430.576	0	430.576
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	437.190	0	437.190	0	437.190
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.614	-6.614	0	-6.614
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	475	-475	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	475	-475	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.191.329	319.061	-1.057.365	2.933.341	0	2.933.341

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	11.998.111	12.185.393
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.979.621	11.120.928
7.01.02	Outras Receitas	267.347	224.609
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	831.356	904.287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80.213	-64.431
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.888.146	-6.756.933
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.597.694	-5.377.290
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-459.096	-475.356
7.02.04	Outros	-831.356	-904.287
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-831.356	-904.287
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.109.965	5.428.460
7.04	Retenções	-233.715	-206.163
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-233.715	-206.163
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.876.250	5.222.297
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	613.070	461.960
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.687	68.287
7.06.02	Receitas Financeiras	568.376	389.311
7.06.03	Outros	3.007	4.362
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.489.320	5.684.257
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.489.320	5.684.257
7.08.01	Pessoal	557.866	534.423
7.08.01.01	Remuneração Direta	329.616	327.051
7.08.01.02	Benefícios	201.833	182.575
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.417	24.797
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.764.354	4.295.144
7.08.02.01	Federais	2.253.465	2.286.343
7.08.02.02	Estaduais	1.506.122	2.004.551
7.08.02.03	Municipais	4.767	4.250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	699.028	417.500
7.08.03.01	Juros	692.553	409.621
7.08.03.02	Aluguéis	6.475	7.879
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	468.072	437.190
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	140.894	118.604
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.178	318.586

Comentário do Desempenho

1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas nos primeiros nove meses de 2023, chegaram a R\$922 milhões, recuando 4,69% em relação aos R\$967,4 milhões investidos no mesmo período de 2022, evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	30.09.2023		30.09.2022		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	881.935	95,65%	959.399	99,17%	-8,07%
Recursos Próprios	701.349	-	759.160	-	-
Participação Financeira do Consumidor	180.586	-	200.239	-	-
Geração de Energia Elétrica	40.069	4,35%	7.999	0,83%	400,93%
Participações Societárias	152	-	779	-	-
Parque Gerador Próprio	39.917	-	7.220	-	-
Total	922.004	100%	967.398	100%	-4,69%

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$881,9 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$701,3 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$644,9 milhões em materiais e serviços, R\$56,4 milhões em mão de obra própria) e R\$180,6 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro a setembro de 2023, pela Celesc G, R\$2 milhões foram utilizados na aquisição de Pick-up 4x4 cabine dupla, roteador wan ethernet, switch acesso, serviço de desenvolvimento de software e serviço de manutenção preventiva; R\$1,6 milhões foram gastos na compra de turbina, projeto executivo mecânico, contentor plástico e drone com acessórios da US Salto; R\$4,9 milhões foram alocados na aquisição e montagem do gerador fotovoltaico de 1MW para a UFV Campos Novos; R\$11,6 milhões foram gastos com gerador fotovoltaico, implantação e montagens elétricas da UFV III Oeste; R\$12,4 milhões foram gastos com gerador fotovoltaico, implantação e montagens elétricas da UFV IV Oeste e R\$3,8 milhões foram desembolsados em turbina, comporta, conduto forçado e mobilização do canteiro de obras da US Maruim.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2023 com desvalorização de 1,29%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou desvalorização de 6,20% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 14,01% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 5,88%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2023 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %	
	30.09.2023	3º TRI 2023	Em 12 meses	
Celesc PN	64,53	14,01%	23,81%	
Celesc ON	59,97	5,88%	35,34%	
IBOVESPA	116.565	-1,29%	5,93%	
IEE	85.443	-6,20%	8,86%	

Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2023, conforme demonstrado acima, são: R\$64,53 (sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$59,97 (cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2%

Comentário do Desempenho

do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2023, está apresentada no organograma a seguir:

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Setembro/2023

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ELETROBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,97% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,50% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,45% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,66% T	10,75% T	9,16% T	17,25% T

FREE FLOAT	CELESC	CELESC DISTRIBUIÇÃO	CELESC GERAÇÃO	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
75%		100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	12,0% O 11,9% P 12,0% T
		Celelesc Distribuição	Celelesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
				26,0% Cia Energética Rio das Flores		100,0% ETSE	
				32,5% Rondinha Energética			
				40,0% Xavantina Energética			
				49,0% Garça Branca			
				10,0% EDP Transmissão Aliança SC			

4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2023, com um quadro funcional de 3.816 empregados. O total de empregados representa uma redução de 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.950 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	30.09.2023	30.09.2022	Variação
Receita Operacional Bruta - ROB	11.810.977	12.096.133	-2,36%
Receita Operacional Líquida - ROL	7.813.312	7.501.571	4,16%
Resultado Operacional	787.474	649.876	21,17%
EBITDA	1.020.367	855.593	19,26%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	13,06%	11,41%	1,65 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	5,99%	5,83%	0,16 p.p.
Resultado Financeiro	(169.184)	(57.732)	193,05%
Ativo Total	11.598.679	12.018.322	-3,49%
Imobilizado	183.511	128.986	42,27%
Patrimônio Líquido	3.187.480	2.933.341	8,66%
Lucro Líquido	468.072	437.190	7,06%

5.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB, no período de janeiro à setembro de 2023, foi de R\$11,8 bilhões, 2,4% menor que a realização no mesmo período de 2022, que foi de R\$12,1 bilhões.

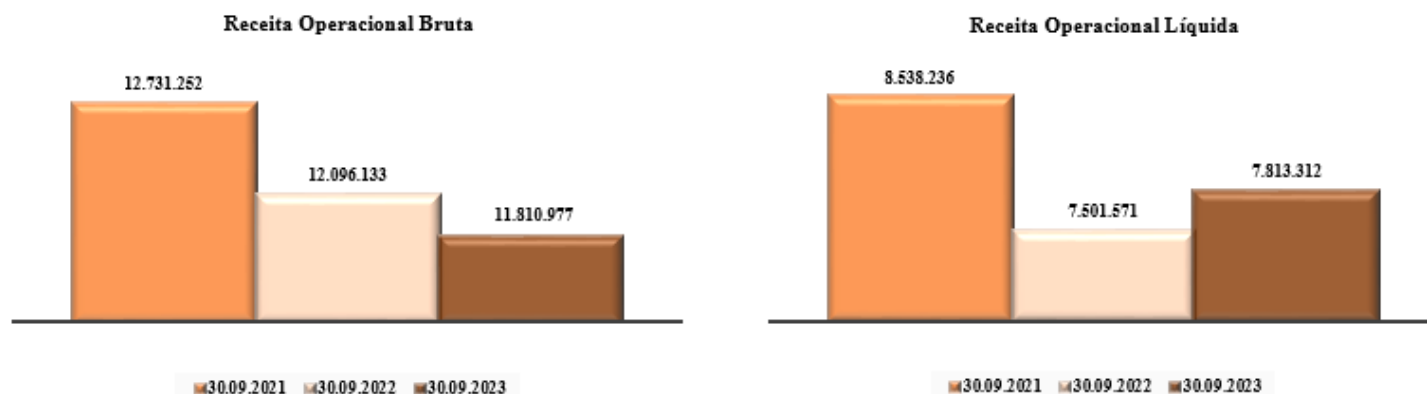
Na Celesc D, o menor desempenho da ROB foi determinado, entre outros fatores, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/Mwh. Essa resolução vigorou no período de setembro de 2021 à abril de 2022 e produziu reflexos na ROB no período de janeiro a abril de 2022. Outro fator relevante para a redução da ROB, por meio da Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir

Comentário do Desempenho

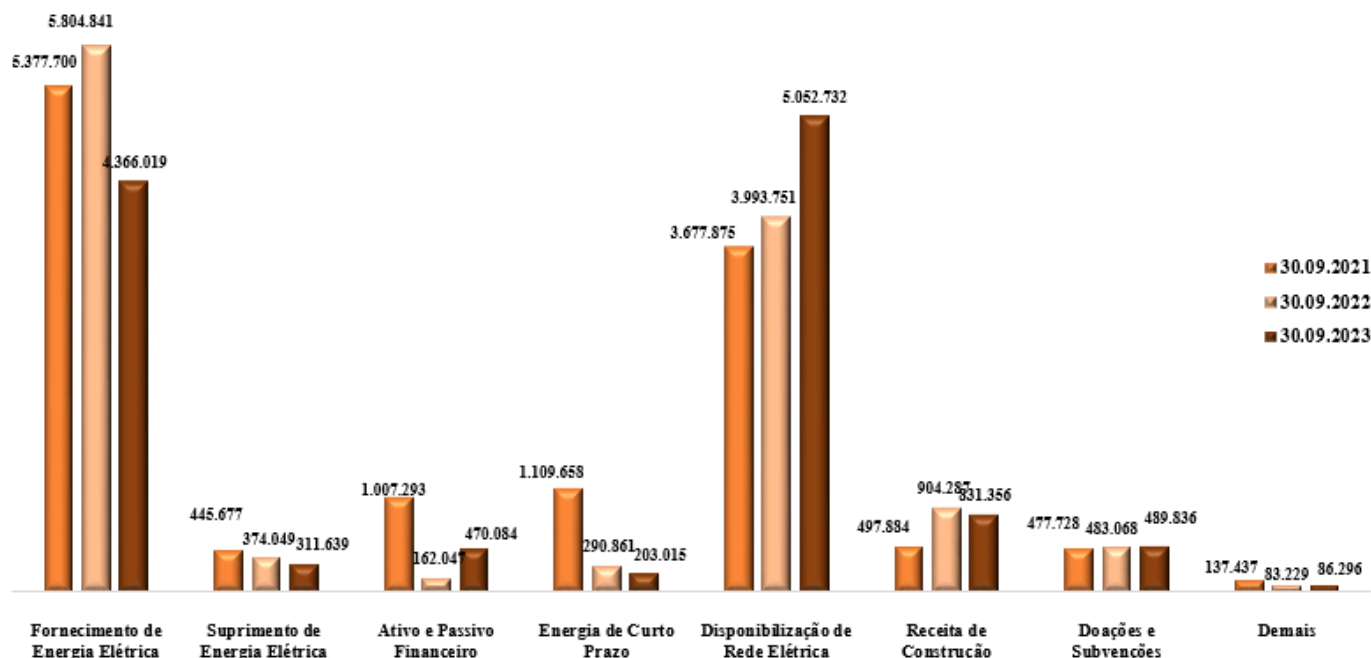
de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, também.

Na Celesc G, o reflexo na redução da ROB está relacionado com a diminuição da venda de energia no mercado de curto prazo e, principalmente, com o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que são atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo. Estas receitas de juros e atualizações monetárias foram de R\$62,1 milhões no período de janeiro a setembro de 2022 para R\$60,4 milhões no mesmo período de 2023, configurando uma redução de 2,78%, aproximadamente.

No mesmo período de 2023, a Receita Operacional Líquida – ROL foi de R\$7,8 bilhões, resultando um aumento de, aproximadamente, 4,16% em comparação a 2022, que foi de R\$7,5 bilhões.



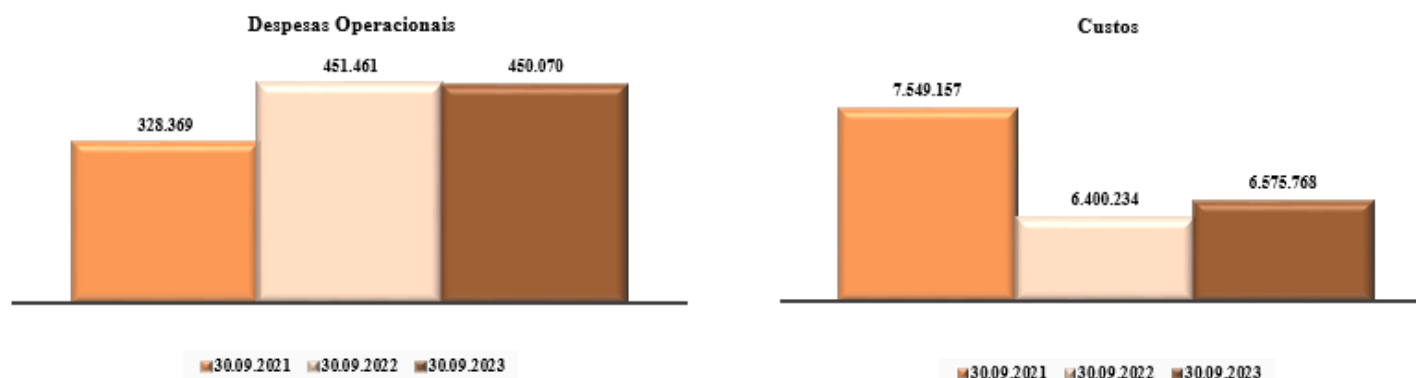
Composição da Receita Bruta



5.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 2,54%, aproximadamente, quando comparado o período de janeiro a setembro de 2023 e 2022. Os custos com energia aumentaram 2,74% e as despesas operacionais reduziram 0,31% nos períodos analisados.

Comentário do Desempenho



Na Celesc D, houve um aumento de, aproximadamente, R\$110,5 milhões nos custos e despesas operacionais. A principal justificativa é o aumento de 12,12% verificado no custo com encargo de uso de sistema.

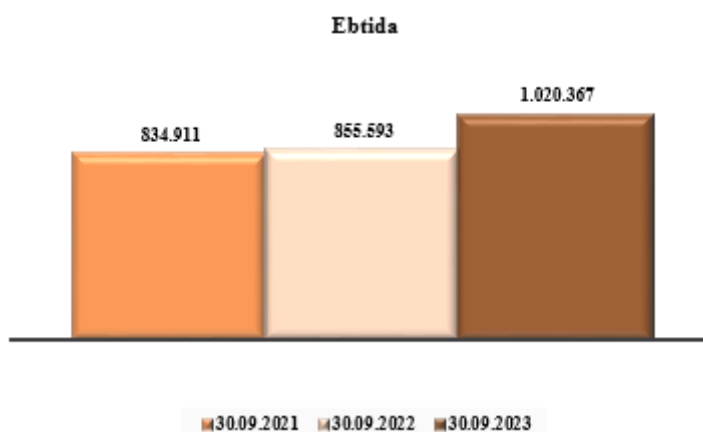
Na Celesc G, os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$32 milhões no período de janeiro a setembro de 2023, quando comparado ao mesmo período de 2022. A principal justificativa disso foi o reconhecimento do custo com energia elétrica de curto prazo, no valor de R\$28,1 milhões, em virtude da devolução à CCEE do montante recebido em função do efeito da liminar de GSF, que foi revogada em 31 de julho de 2023.

5.3. EBITDA

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Lucro Líquido	468.072	437.190
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	150.218	154.954
Resultado Financeiro	169.184	57.732
Depreciação e Amortização	232.893	205.717
EBITDA	1.020.367	855.593

O EBITDA no período de janeiro a setembro de 2023 atingiu o valor de R\$1,02 bilhões, aproximadamente, 19,26% superior ao mesmo período de 2022, que foi de R\$855,6 milhões.

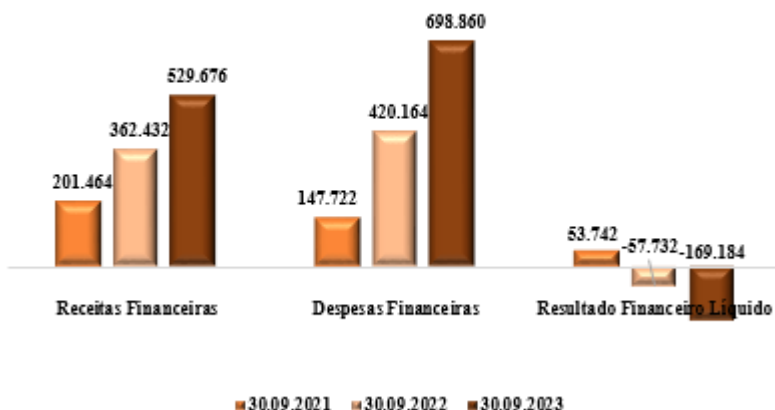


5.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no período de janeiro a setembro de 2023 foi negativo em R\$169,2 milhões. Considerando o resultado negativo de R\$57,7 milhões no mesmo período de 2022, a redução de R\$111,5 milhões nesse grupo foi consequência, principalmente, do significativo aumento nos juros e atualizações monetárias das dívidas das subsidiárias Celesc D e Celesc G, sobretudo as remuneradas pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Outro fator que contribuiu para a redução do resultado financeiro foi o reconhecimento das atualizações monetárias sobre os litígios provisionados no valor de R\$75,9 milhões.

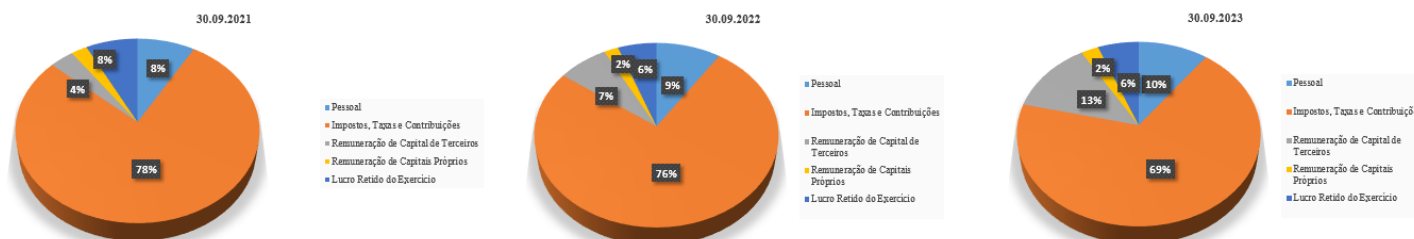
Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido



5.5. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:



5.6. Índices Econômico-Financeiros

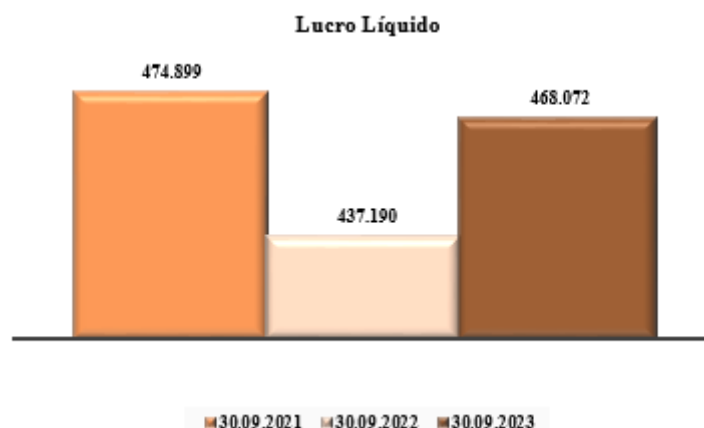
Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado		
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2021
Liquidez Geral	0,76	0,82	0,82
Liquidez Corrente	0,83	0,95	1,04
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	15,42%	15,74%	21,37%
Endividamento Geral	72,52%	75,59%	79,74%

5.7. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no período de janeiro a setembro de 2023, um Lucro Líquido de R\$468,1 milhões, representando um aumento de 7,06% se comparado ao mesmo período de 2022, cujo valor foi de R\$437,2 milhões. O aumento é justificado, principalmente, pela Receita Operacional Líquida – ROL, que aumentou 4,16%, apesar da redução da Receita Operacional Bruta – ROB.

Comentário do Desempenho



6. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória, estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

Para o cálculo de Inadimplência é necessário dividi-la pela Receita Operacional Bruta do Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Disponibilização de Rede Elétrica e Serviço Taxado e verificar as alterações percentuais.

No terceiro trimestre de 2023, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve uma redução de 0,39 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e a inadimplência acima de 90 dias apresentou um aumento de 0,08 pontos percentuais, passando de 3,73% para 3,81%. A inadimplência total, comparada ao trimestre anterior, mostra uma redução de 0,20 pontos percentuais, aproximadamente 5,87% da Receita Operacional Bruta.

A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Classes	Inadimplência até 90 dias										Variação 3T23
	3T22		4T22		1T23		2T23		3T23		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	139.713	1,02%	149.515	1,14%	200.119	1,61%	176.968	1,42%	147.414	1,16%	-0,26 p.p
Industrial	24.935	0,18%	29.481	0,22%	30.672	0,25%	29.643	0,24%	26.306	0,21%	-0,03 p.p
Comercial	52.387	0,38%	45.524	0,35%	57.102	0,46%	49.934	0,40%	40.570	0,32%	-0,08 p.p
Rural	10.514	0,08%	13.232	0,10%	16.567	0,13%	13.338	0,11%	11.479	0,09%	-0,02 p.p
Poder Público	308	0,00%	3.716	0,03%	370	0,00%	422	0,00%	1.736	0,01%	+0,01 p.p
Iluminação Pública	69	0,00%	7	0,00%	45	0,00%	2	0,00%	4	0,00%	0,00 p.p
Serviço Público	43	0,00%	37	0,00%	117	0,00%	87	0,00%	153	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	929	0,01%	1.355	0,01%	1.509	0,01%	1.077	0,01%	1.186	0,01%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.018	0,01%	2.245	0,02%	2.900	0,02%	2.653	0,02%	3.530	0,03%	+0,01 p.p
Diversos Créditos	1.333	0,01%	8.069	0,06%	10.416	0,08%	13.529	0,11%	12.496	0,10%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	10.927	0,08%	1.029	0,01%	1.006	0,01%	1.207	0,01%	1.073	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	1.194	0,01%	1.140	0,01%	747	0,01%	2.242	0,02%	1.238	0,01%	-0,01 p.p
Total	243.370	1,78%	255.349	1,94%	321.570	2,58%	291.101	2,34%	247.185	1,95%	-0,39 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.504		

Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência acima de 90 dias										Variação 3T23
	3T22		4T22		1T23		2T23		3T23		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	207.423	1,52%	211.208	1,61%	216.812	1,74%	227.208	1,82%	237.078	1,87%	+0,05 p.p
Industrial	74.803	0,55%	72.113	0,55%	73.654	0,59%	76.056	0,61%	77.847	0,61%	0,00 p.p
Comercial	103.605	0,76%	106.683	0,81%	110.874	0,89%	116.326	0,93%	122.080	0,96%	+0,03 p.p
Rural	10.331	0,08%	10.722	0,08%	10.959	0,09%	11.370	0,09%	12.529	0,10%	+0,01 p.p
Poder Público	301	0,00%	302	0,00%	284	0,00%	259	0,00%	268	0,00%	0,00 p.p
Iluminação Pública	1.717	0,01%	1.418	0,01%	1.148	0,01%	896	0,01%	607	0,00%	-0,01 p.p
Serviço Público	13	0,00%	24	0,00%	21	0,00%	22	0,00%	20	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	1.248	0,01%	1.248	0,01%	1.248	0,01%	35	0,00%	35	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.848	0,03%	1.445	0,01%	1.488	0,01%	1.481	0,01%	1.436	0,01%	0,00 p.p
Diversos Créditos	933	0,01%	25.430	0,19%	25.639	0,21%	26.072	0,21%	25.298	0,20%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	26.207	0,19%	3.899	0,03%	4.000	0,03%	4.105	0,03%	4.138	0,03%	0,00 p.p
Participação Financeira	2.100	0,02%	902	0,01%	1.010	0,01%	1.041	0,01%	2.239	0,02%	+0,01 p.p
Total	432.529	3,17%	435.394	3,31%	447.138	3,59%	464.871	3,73%	483.575	3,81%	+0,08 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.504		

Classes	Inadimplência Total										Variação 3T23
	3T22		4T22		1T23		2T23		3T23		
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	347.136	2,54%	360.723	2,74%	416.931	3,35%	404.176	3,24%	384.492	3,09%	-0,15 p.p
Industrial	99.738	0,73%	101.594	0,77%	104.326	0,84%	105.698	0,85%	104.153	0,84%	-0,01 p.p
Comercial	155.992	1,14%	152.208	1,16%	167.976	1,35%	166.259	1,33%	162.650	1,31%	-0,02 p.p
Rural	20.845	0,15%	23.954	0,18%	27.526	0,22%	24.708	0,20%	24.009	0,19%	-0,01 p.p
Poder Público	609	0,00%	4.018	0,03%	654	0,01%	681	0,01%	2.004	0,02%	+0,01 p.p
Iluminação Pública	1.786	0,01%	1.424	0,01%	1.193	0,01%	898	0,01%	611	0,00%	-0,01 p.p
Serviço Público	56	0,00%	60	0,00%	138	0,00%	110	0,00%	173	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	2.177	0,02%	2.603	0,02%	2.757	0,02%	1.113	0,01%	1.222	0,01%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	4.866	0,04%	3.689	0,03%	4.388	0,04%	4.133	0,03%	4.966	0,04%	+0,01 p.p
Diversos Créditos	2.266	0,02%	33.500	0,25%	36.055	0,29%	39.601	0,32%	37.795	0,30%	-0,02 p.p
Serviço Taxado	37.134	0,27%	4.928	0,04%	5.006	0,04%	5.312	0,04%	5.211	0,04%	0,00 p.p
Participação Financeira	3.294	0,02%	2.042	0,02%	1.757	0,01%	3.283	0,03%	3.477	0,03%	0,00 p.p
Total	675.899	4,95%	690.742	5,26%	768.708	6,17%	755.972	6,07%	730.763	5,87%	-0,20 p.p
ROB Acumulada dos últimos 12 meses em R\$ Mil	13.660.528		13.141.773		12.452.993		12.459.105		12.706.504		

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.09.2023					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.600	2,96	2.880.000	12,50	3.340.600	8,66
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	789.952	5,09	5.865.169	25,45	6.655.121	17,25
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

8. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2023 representando 0,61% do capital social total da Companhia, detendo o total de 237.154 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Comentário do Desempenho

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	237.154	0,61%
Investidores Nacionais	38.334.437	99,39%
Total	38.571.591	100,00

9. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44%	234.305	1,02%	9.463.765	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.677	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.804	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.677	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%

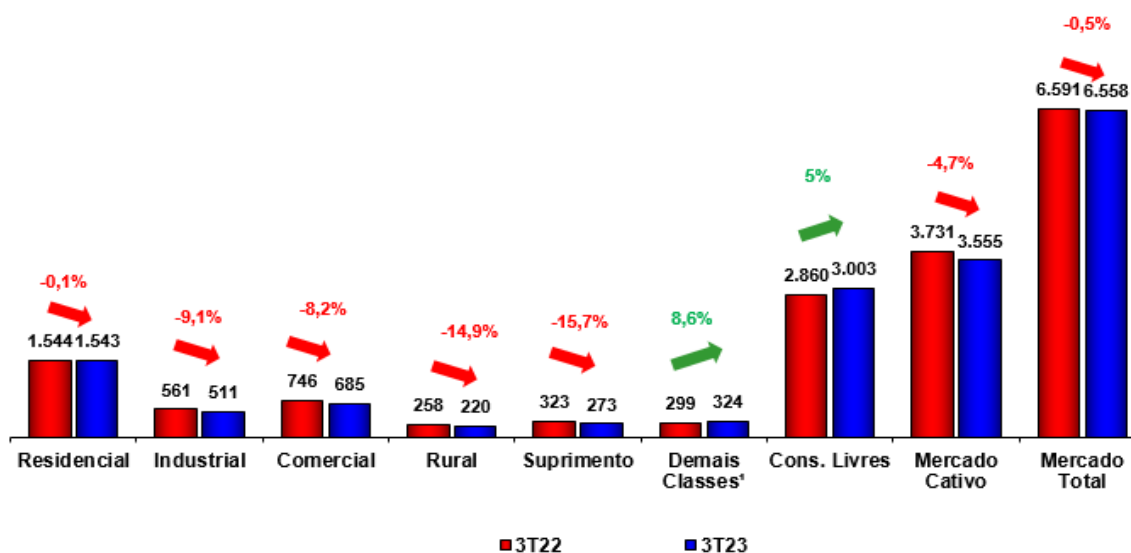
10. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.677	40,56	22.810.127	98,98	29.107.804	75,46

11. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou redução de 4,7% no período de janeiro a setembro de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.555 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, a redução no consumo de energia elétrica foi de 0,5%, atingindo 6.558 GWh.

No gráfico a seguir, podem ser observados os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total:



Demais Classes* = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho**12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA****MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Descrição	2023		2022		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
					2023	2023	2022	2022	23-22	23-22
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.174.660	3.800.794	963.798	3.833.134	45,6%	46,6%	44,4%	44,2%	21,9%	-0,8%
Industrial	376.683	1.121.244	354.514	1.293.565	14,6%	13,7%	16,3%	14,9%	6,3%	-13,3%
Comercial	593.435	1.891.319	467.706	2.019.339	23,1%	23,2%	21,5%	23,3%	26,9%	-6,3%
Rural	153.961	503.795	137.163	553.321	6,0%	6,2%	6,3%	6,4%	12,2%	-9,0%
Poder Público	85.424	258.033	61.171	249.946	3,3%	3,2%	2,8%	2,9%	39,6%	3,2%
Iluminação Pública	58.454	174.612	53.619	217.791	2,3%	2,1%	2,5%	2,5%	9,0%	-19,8%
Serviço Público	49.698	151.654	47.566	190.677	1,9%	1,9%	2,2%	2,2%	4,5%	-20,5%
Subtotal	2.492.315	7.901.451	2.085.537	8.357.773	96,8%	96,8%	96,0%	96,4%	19,5%	-5,5%
Suprimento	81.743	258.078	86.831	315.027	3,2%	3,2%	4,0%	3,6%	-5,9%	-18,1%
TOTAL	2.574.058	8.159.529	2.172.368	8.672.800	100%	100%	100%	100%	18,5%	-5,9%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.542.735	5.360.095	1.544.334	5.108.254	43,4%	44,5%	41,4%	42,2%	-0,1%	4,9%
Industrial	510.530	1.557.680	561.342	1.619.142	14,4%	12,9%	15,0%	13,4%	-9,1%	-3,8%
Comercial	685.149	2.477.238	745.961	2.458.868	19,3%	20,5%	20,0%	20,3%	-8,2%	0,7%
Rural	219.698	740.922	258.187	788.927	6,2%	6,1%	6,9%	6,5%	-14,9%	-6,1%
Poder Público	101.148	352.569	94.052	326.279	2,8%	2,9%	2,5%	2,7%	7,5%	8,1%
Iluminação Pública	149.470	443.356	120.943	438.937	4,2%	3,7%	3,2%	3,6%	23,6%	1,0%
Serviço Público	73.632	237.098	83.545	257.771	2,1%	2,0%	2,2%	2,1%	-11,9%	-8,0%
Subtotal	3.282.362	11.168.958	3.408.364	10.998.178	92,3%	92,6%	91,3%	90,8%	-3,7%	1,6%
Suprimento	272.550	888.740	323.126	1.118.903	7,7%	7,4%	8,7%	9,2%	-15,7%	-20,6%
TOTAL	3.554.912	12.057.698	3.731.490	12.117.081	100%	100%	100%	100%	-4,7%	-0,5%

13. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 73: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

14. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 9 de novembro de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM IFRS**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Circulante		333.549	302.455	3.488.054	3.678.616
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	35.664	48.205	660.895	940.684
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	1.694.414	1.758.933
Estoques	10	-	-	27.243	20.019
IR e CSLL a Recuperar	11	56.052	44.331	91.549	64.134
Demais Tributos a Recuperar	11	-	-	746.798	635.104
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	241.147	209.296	6.625	20.422
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	41.288	40.019
Ativo Financeiro - Ind. Us. Pery	14.3	-	-	18.092	17.536
Subsídio Decreto nº 7891/2013	12.2	-	-	51.093	47.086
Bônus Escassez Hídrica	-	-	-	1.138	1.138
Outros	12.2	686	623	148.919	133.541
Não Circulante		3.122.891	2.802.549	8.110.625	7.949.451
Realizável a Longo Prazo		86.985	77.660	2.932.667	3.143.744
Títulos Valores Mobiliários	16	208	217	208	217
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	14.489	16.775
Tributos Diferidos	18	-	-	677.111	709.023
Demais Tributos a Recuperar	11	-	-	29.703	524.780
Depósitos Judiciais	28	86.771	77.402	389.105	359.870
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	725.849	599.069
Ativo Financeiro - Parcela A	13.1	-	-	199.093	76.448
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	315.204	306.791
Ativo Financeiro - Ind. Us. Pery	14.3	-	-	143.173	139.304
Ativo de Contrato	15	-	-	436.396	408.969
Outros	12.2	6	41	2.336	2.498
Investimentos	19	3.031.850	2.720.813	388.932	363.279
Imobilizado	20	495	138	183.511	133.865
Intangível	21	3.561	3.938	4.605.515	4.308.563
Total do Ativo		3.456.440	3.105.004	11.598.679	11.628.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO**

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Circulante		234.308	196.375	4.211.835	3.757.419
Fornecedores	22	569	900	975.944	1.016.513
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	-	-	147.697	262.833
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	-	-	112.225	34.396
Debêntures	24	-	-	161.566	210.470
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	1.960	1.538	236.948	227.670
IR e CSLL a Recolher	26	524	2.863	19.191	30.996
Demais Tributos a Recolher	26	9.526	31.936	222.133	258.801
Dividendos e JCP Declarados	31	219.880	157.602	219.880	157.602
Taxas Regulamentares	27	-	-	74.818	56.066
Passivo de Arrendamento	20.3	228	141	10.353	1.579
Passivo Atuarial	29	-	-	248.862	242.238
Passivo Financeiro - Parcela A	13	-	-	1.313.463	753.564
Bônus Escassez Hídrica	-	-	-	1.133	1.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	332.561	366.981
Outros	-	1.621	1.395	135.061	136.566
Não Circulante		34.652	25.453	4.199.364	4.987.472
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	-	-	506.137	414.003
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	-	-	1.237.394	1.131.923
Debêntures	24	-	-	279.880	395.643
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	27.474	50.410
Tributos Diferidos	18	-	-	96.096	89.214
Taxas Regulamentares	27	-	-	97.521	106.643
Passivo de Arrendamento	20.3	-	-	9.388	6.716
Provisão para Contingências	28	34.384	25.453	364.777	399.020
Passivo Atuarial	29	-	-	1.580.697	1.659.937
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	-	733.963
Outros	-	268	-	-	-
Patrimônio Líquido	31	3.187.480	2.883.176	3.187.480	2.883.176
Capital Social	31.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	31.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	31.2	1.538.825	1.538.825	1.538.825	1.538.825
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.6	(1.159.274)	(1.158.839)	(1.159.274)	(1.158.839)
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	-	-	22.874	-	22.874
Lucros Acumulados	-	327.613	-	327.613	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.456.440	3.105.004	11.598.679	11.628.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora				Consolidado			
		01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	32	-	-	-	-	2.606.496	7.813.312	2.458.743	7.501.571
Custos de Vendas /Serviços Prestados	32	-	-	-	-	(2.337.141)	(6.575.768)	(2.212.867)	(6.400.234)
Lucro Bruto		-	-	-	-	269.355	1.237.544	245.876	1.101.337
Despesas Operacionais		41.238	474.363	79.189	442.453	(147.263)	(450.070)	(138.550)	451.461
Despesas com Vendas	32	-	-	-	-	(55.457)	(171.282)	(49.584)	(171.106)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(6.554)	(21.570)	(6.278)	(20.940)	(160.172)	(462.107)	(138.910)	(388.556)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	32	3.014	5.020	4.752	8.451	55.222	141.632	14.926	39.914
Resultado de Equivalência Patrimonial	19	44.778	490.913	80.715	454.942	13.144	41.687	35.018	68.287
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		41.238	474.363	79.189	442.453	122.092	787.474	107.326	649.876
Resultado Financeiro	32	(5.676)	(5.768)	(2.937)	(5.176)	(96.092)	(169.184)	(28.964)	(57.732)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		35.562	468.595	76.252	437.277	26.000	618.290	78.362	592.144
IRPJ e CSLL		(523)	(523)	(87)	(87)	9.039	(150.218)	(2.197)	(154.954)
Corrente		(523)	(523)	(87)	(87)	(834)	(111.423)	(10.401)	(162.901)
Diferido		-	-	-	-	9.873	(38.795)	8.204	(7.947)
Lucro Líquido do Período		35.039	468.072	76.165	437.190	35.039	468.072	76.165	437.190
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)									
Resultado Básico por Ação	31								
Ações Ordinárias Nominativas		0,8572	11,451	1,8633	10,6955	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
Ações Preferenciais Nominativas		0,9429	12,5961	2,0497	11,7651	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651
Resultado Diluído por Ação	31								
Ações Ordinárias Nominativas		0,8572	11,451	1,8633	10,6955	0,8572	11,451	1,8633	10,6955
Ações Preferenciais Nominativas		0,9429	12,5961	2,0497	11,7651	0,9429	12,5961	2,0497	11,7651

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora				Consolidado			
		01.07.2023	01.01.2023	01.07.2022	01.01.2022	01.07.2023	01.01.2023	01.07.2022	01.01.2022
		a	a	a	a	a	a	a	a
	30.09.2023	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2022	
Lucro Líquido do Período		35.039	468.072	76.165	437.190	35.039	468.072	76.165	437.190
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do Período	18.4								
Ajuste Valor Justo – Casan		-	-	-	(6.614)	-	-	-	(6.614)
Resultado Abrangente do Período		35.039	468.072	76.165	430.576	35.039	468.072	76.165	430.576

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial al Custo Atribuído	Ajuste Avaliação Patrimonial Passivo Atuarial	Outros Resultados Abrangentes	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.480.000	316	251.495	1.287.330	22.874	13.470	(1.035.048)	(137.261)	-	2.883.176
Transações de Capital com Sócios										
Dividendos (Nota 30.3)	-	-	-	-	(22.874)	-	-	-	-	(22.874)
JCP (Nota 30.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(140.894)	(140.894)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Período (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	-	-	468.072	468.072
Realização do Custo Atribuído (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	(435)	-	-	435	-
Saldos em 30 de setembro de 2023	2.480.000	316	251.495	1.287.330	-	13.035	(1.035.048)	(137.261)	327.613	3.187.480

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial al Custo Atribuído	Ajuste Avaliação Patrimonial Passivo Atuarial	Outros Resultados Abrangentes	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.480.000	316	224.467	966.862	-	14.099	(1.064.375)	-	-	2.621.369
Transações de Capital com Sócios										
JCP (Nota 30.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.604)	(118.604)
Resultado Abrangente Total										
Lucro Líquido do Exercício (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	-	-	437.190	437.190
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	-	-	(6.614)	-	(6.614)
Realização do Custo Atribuído (Nota 30.6)	-	-	-	-	-	(475)	-	-	475	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	2.480.000	316	224.467	966.862	-	13.624	(1.064.375)	(6.614)	319.061	2.933.341

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		468.595	437.277	618.290	592.144
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa Gerado pelas (Aplicado nas) atividades operacionais		(486.653)	(451.183)	651.837	602.359
Depreciação e Amortização	20	1.671	1.660	232.893	205.717
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	20	-	-	41.789	48.640
Resultado da Equivalência Patrimonial	19	(490.913)	(454.942)	(41.687)	(68.287)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(15.606)	(11.226)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	1.025	1.514
Juros e Variações Monetárias		(640)	17	415.746	386.742
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas		3.229	2.800	(110.171)	(53.376)
Despesas Atuariais	29	-	-	107.229	90.494
Crédito PIS/COFINS sobre Depreciação Direito de Uso de Ativos	20	-	-	822	447
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos		-	-	(14)	(45)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(560)	80.213	63.870
Receita Financeira Mútuo Celesc D	17	-	(158)	-	-
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	32.3	-	-	(60.402)	(62.131)
(Aumento) Redução nos Ativos		(14.753)	-	682.426	1.460.006
Contas a Receber		-	-	(1.583)	252.716
Tributos a Recuperar		(11.721)	(8.269)	355.968	391.729
Depósitos Judiciais		(3.013)	(24.448)	(3.677)	3.454
Estoques		-	-	(7.224)	(7.668)
Ativos Financeiros (CVA, Bonificação de Outorga)		-	-	369.982	713.530
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	(4.007)	2.145
Ativo Bônus Escassez Hídrica		-	-	-	101.723
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	-	-	(2.600)
Outras Variações nos Ativos		(19)	(42)	(27.033)	4.977
Aumento (Redução) nos Passivos		(34.608)	(17.003)	(1.121.215)	(1.523.592)
Fornecedores		(331)	565	(40.569)	(149.666)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		422	443	(13.658)	(12.814)
Tributos a Recolher		(34.925)	(18.252)	(133.518)	(820.261)
Passivos Financeiros (CVA)		-	-	113.567	694.144
Taxas Regulamentares		-	-	(96)	(204.355)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(848.172)	(778.357)
Passivo Atuarial		-	-	(197.253)	(173.722)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	(11)	(101.672)
Outras Variações no Passivo		226	241	(1.505)	23.111
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(67.419)	(63.668)	831.338	1.130.917
Juros Pagos	23	(14)	(17)	(232.667)	(180.072)
IR e CSLL Pagos		(2.911)	-	(38.942)	(8.287)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais		(70.344)	(63.685)	559.729	942.558
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Financeiro/Imobilizado/Intangível		-	-	(741.266)	(766.379)
Integralização/Redução de Capital	19	-	-	(152)	(779)
Recebimento Principal Mútuo D		-	15.000	-	-
Juros Recebidos Mútuo Celesc D		-	409	-	-
Dividendos e JCP Recebidos		146.924	121.292	28.882	25.443
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento		146.924	136.701	(712.536)	(741.715)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(2.694)	(63.688)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	137.655	610.000
Pagamento de Debêntures	24	-	-	(165.116)	(76.472)
Pagamento de JCP e Dividendos	23	(88.926)	(73.045)	(88.926)	(73.045)
Pagamento Passivo de Arrendamento	20	(195)	(180)	(7.901)	(5.621)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(89.121)	(73.225)	(126.982)	391.174
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa		(12.541)	(209)	(279.789)	592.017
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	48.205	26.872	940.684	844.088
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	35.664	26.663	660.895	1.436.105
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(12.541)	(209)	(279.789)	592.017

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Receitas	32	17.127	16.949	11.998.111	12.185.393
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	10.979.621	11.120.928
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	831.356	904.287
Outras Receitas		17.127	16.949	267.347	224.609
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(80.213)	(64.431)
Insumos Adquiridos de Terceiros	32	(13.385)	(9.300)	(6.888.146)	(6.756.933)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(5.597.694)	(5.377.290)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(13.385)	(9.300)	(459.096)	(475.356)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	(831.356)	(904.287)
Valor Adicionado Bruto		3.742	7.649	5.109.965	5.428.460
Depreciação, Amortização		(1.671)	(1.660)	(233.715)	(206.163)
Valor Adicionado Líquido Produzido		2.071	5.989	4.876.250	5.222.297
Valor Adicionado Recebido em Transferência		506.285	462.786	613.070	461.960
Resultado de Equivalência Patrimonial	19	490.913	454.943	41.687	68.287
Receitas Financeiras	32	12.710	3.844	568.376	389.311
Outras Receitas		2.662	3.999	3.007	4.362
Valor Adicionado Total a Distribuir		508.356	468.775	5.489.320	5.684.257
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(14.595)	(14.465)	(557.866)	(534.423)
Remuneração Direta		(13.462)	(13.391)	(329.616)	(327.051)
Benefícios		(485)	(469)	(201.833)	(182.575)
FGTS		(648)	(605)	(26.417)	(24.797)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(19.749)	(16.548)	(3.764.354)	(4.295.144)
Federais		(18.758)	(15.605)	(2.253.465)	(2.286.343)
Estaduais		-	-	(1.506.122)	(2.004.551)
Municipais		(991)	(943)	(4.767)	(4.250)
Remuneração de Capital de Terceiros	32	(5.940)	(572)	(699.028)	(417.500)
Juros		(5.917)	(379)	(692.553)	(409.621)
Aluguéis		(23)	(193)	(6.475)	(7.879)
Remuneração de Capitais Próprios	31	(468.072)	(437.190)	(468.072)	(437.190)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(140.894)	(118.604)	(140.894)	(118.604)
Dividendos		-	-	-	-
Lucro Retido do Período		(327.178)	(318.586)	(327.178)	(318.586)
Valor Adicionado Distribuído		(508.356)	(468.775)	(5.489.320)	(5.684.257)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, têm como atividades preponderantes a distribuição, a geração e a transmissão de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

No Balanço Patrimonial consolidado de 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentou um resultado do cálculo de capital circulante líquido no valor de 0,83. Tal índice ficou abaixo de 1,00, sobretudo, por uma parte significativa da parcela do valor a devolver aos consumidores referente ao crédito da retirada do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS que está sendo devolvida aos consumidores a partir do Reajuste Tarifário Anual de agosto de 2023. Outro fator de incremento das obrigações dentro dos próximos doze meses é o aumento do *payout* de distribuição de dividendos em 2022, que passou dos 25% praticados no exercício anterior para 35%, além dos juros sobre capital próprio destinados nos três trimestres de 2023.

Como redução do ativo circulante, que também contribui para o resultado abaixo do limite considerado satisfatório para esse índice, destaca-se o importante volume de investimentos realizados pela Companhia nos últimos meses. Os investimentos realizados nos nove meses de 2023 na Celesc D, de acordo com a natureza, são Terrenos / Obras Cíveis e Benfeitorias; Distribuição de Energia Elétrica - Rede / Telecomunicação / Linha / Subestação; Medidores e ramais; Tecnologia da informação; máquinas e equipamentos.

A administração não observa risco relacionado à descontinuidade das atividades e como reforço de caixa possui expectativa de emissão da 6ª Debêntures da Celesc D (Nota 34).

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc assinou, em 22 de julho de 1999, o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, até 2045. O Contrato de Concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A Celesc D é subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.376.003 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

Notas Explicativas

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que, nos primeiros 5 (cinco) anos, haveria metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão. Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão. Em dezembro de 2022, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.478/2022, reconhecendo o cumprimento dos indicadores técnicos de continuidade e a eficiência em relação à gestão econômico-financeira da Empresa no ano de 2021.

A Empresa tem apurado seus indicadores dentro dos limites regulatórios e vem apresentando uma trajetória positiva ao longo do período.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2023

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.244 e Nota Técnica nº 78/2023-STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2023.

No reajuste tarifário deste ano o efeito médio percebido pelos consumidores foi na ordem de 2,30%. A Parcela A (custos não gerenciáveis) foi responsável por 3,16% sendo: 1,31% de encargos setoriais; 3,15% de custos de transmissão; -1,20% de custos com energia e 0,09% de receita irrecuperável. Já a Parcela B (custos gerenciáveis) correspondeu a 0,69% do reajuste tarifário. O efeito para o consumidor acabou sendo minimizado devido aos itens financeiros, que produziram uma redução de 1,55%.

c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de Bandeiras Tarifárias, implantado em 2015, permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores. Anteriormente, todo esse custo era repassado via tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

O acionamento de janeiro a setembro de 2023, devido as condições favoráveis de geração de energia é de bandeira verde, sem acréscimo na fatura de energia. Os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D até o terceiro trimestre de 2023, foram foram R\$35,3 milhões.

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65,8 milhões, deixando para discussão do saldo remanescente no processo tarifário subsequente.

Notas Explicativas

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R\$68,5 milhões como um redutor, correspondendo a segunda parcela.

Na RTP de 2021, o montante redutor foi de R\$70,2 milhões, correspondendo a terceira parcela (3/5). A Agência ficou de avaliar a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor remanescente, sendo acatada a alternativa do diferimento.

No processo de RTA de 2022, o valor foi novamente diferido, sendo então considerada a quarta parcela de um total de cinco como um componente redutor. O valor foi considerado como um componente financeiro de R\$76,8 milhões, trazendo um efeito redutor de -0,79% aos consumidores.

O saldo remanescente, correspondente à quinta e última parcela, foi então repassado aos consumidores no processo do RTA de 2023. O valor foi de R\$87,3 milhões trazendo um efeito redutor tarifário de -0,76%, conforme item 56 da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023: com impacto no efeito médio de -0,76% aos consumidores.

Reitera-se que a discussão em âmbito judicial permanece em segunda instância.

e) Bônus de Itaipu

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.093, de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar referentes ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária, nos termos do Decreto nº 11.027/2022. Os valores foram transferidos da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu para as concessionárias para complementar os pagamentos da despesa com o repasse da potência contratada de Itaipu. A concessão da Celesc D recebeu o valor de R\$ 239,5 milhões. Este valor foi incluído no RTA de agosto de 2022, como passivo financeiro de CVA e amortizado por 12 meses (Nota 13.1), como redutor da tarifa ao consumidor.

Os valores repassados seriam recompostos à Conta de Comercialização de Energia de Itaipu a partir dos respectivos processos tarifários das concessionárias que receberam o recurso. No processo do RTA de 2023, foi inserido o valor financeiro que trata da reversão do Bônus como ativo regulatório, correspondendo a 2,36% de participação no reajuste. Desta forma, será feita a recomposição à conta de comercialização no valor atualizado de R\$ 271,23 milhões.

Conforme § 1º do Art. 3º da REH 3.093/2022, à recomposição dos valores associados ao Decreto nº 11.027/2022 seria realizada apenas a partir do processo tarifário de 2024, entretanto, a Celesc D em concordância com a relatoria do processo e a exemplo de outros processos tarifários já homologados esse ano, considerou a antecipação da devolução do montante correspondente no processo tarifário de 2023.

As quotas mensais foram definidas para os doze meses subsequentes ao respectivo processo tarifário 2023, devendo ser recolhidas diretamente à ENBpar até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Os valores a serem recompostos observarão a remuneração pela taxa Selic do período.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Parque Gerador

Em 30 de setembro de 2023, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação. Também possui duas usinas de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

Notas Explicativas

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial é de 128,51 MW médios, sendo 117,27 MW médios referentes ao parque próprio e 11,24 MW médios referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agregará 1MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

2.1.2.1.1. Parque Gerador de Fonte Hídrica – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			115,27	70,16	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

2.1.2.1.2. Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)
V Lages I	Lages/SC	N/A	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	N/A	1,00
Total			2,00

2.1.2.1.3. Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06//2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

(*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(**) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

2.1.2.1.4. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, prevê a implantação de até 14,6 MW médios em projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc.

Os projetos que se encontram em implantação, com potência instalada de 10,0 Mw, são listados a seguir:

Notas Explicativas

UFV GD Remota	Localização	Potência Inst. (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	2,50	Nov/2023	Em construção
UFV Modelo	Modelo/SC	2,50	Dez/2023	Em construção
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Mar/2024	Em construção
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Mar/2024	Em construção
UFV Lages II	Lages/SC	1,00	Mar/2024	Em construção
Total		10,0		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista na Lei, a qual traz a manutenção das regras atuais do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

Destaca-se ainda que os 2,6 MW adicionais serão prospectados no decorrer de 2023. Essa expansão de portfólio também estará atrelada, sobretudo, ao enquadramento dos projetos na janela regulatória da Lei nº 14.300/2022.

Quanto aos empreendimentos hídricos, a tabela a seguir apresenta os projetos de ampliação/reactivação das usinas próprias e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reactivação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Análise MME/ANEEL
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Marumim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Em construção
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW médios estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

2.1.2.2. EDP Transmissão Aliança SC

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Celesc em 18 de fevereiro de 2022, a SPE obteve autorização do ONS – Operador Nacional do Sistema para operação comercial das instalações, com seis meses de antecipação frente ao cronograma regulatório, sendo que uma primeira etapa do projeto entrou em operação parcial em 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação frente ao estabelecido pela ANEEL.

A Receita Anual Permitida (RAP), nos termos da Resolução Homologatória nº 3.205/2023 para o ciclo 2023/2024, foi determinada no valor de R\$ 234,7 milhões.

A EDP Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017.

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2023/2024

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2023/2024, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de

Notas Explicativas

vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,2 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Mensal (R\$/mil)
	Ciclo 2023/2024	Ciclo 2023/2024
UHE Pery	27.779	2.315
UHE Garcia	12.773	1.064
UHE Bracinho	16.405	1.367
UHE Cedros	11.766	980
UHE Palmeiras	25.010	2.084
UHE Salto	8.343	695

2.1.2.3.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Ampliação da CGH Caveiras

O projeto de ampliação da CGH Caveiras encontra-se em licenciamento ambiental. Sua concepção prevê a construção de nova casa de força e sistema adutor.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho nº 3.005/2018	Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação
Set/2020	Despacho nº 2.752/2020	Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico
Dez/2020	Despacho nº 3.592/2020	Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
Abr/2022	Despacho nº 1.102/2022	A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.

Com a aprovação do Projeto Básico de Ampliação, se deu início ao licenciamento ambiental junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA. A Celesc G aguarda o andamento das tratativas junto ao órgão ambiental para que se avance nas etapas de obtenção da outorga junto à ANEEL e aprovação do Plano de Negócio visando o processo licitatório e construção.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW médios, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW médios.

Em 23 de junho de 2022, foi obtida a Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 3454/2022 pelo IMA de Santa Catarina e em 12 de maio de 2023, foi emitida a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH por meio da Portaria nº 12 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Economia Verde – SEMAE.

A Usina opera no regime de cotas, então a energia decorrente da ampliação será integralmente destinada a esse regime. Com a obtenção das autorizações ambientais, o projeto recebeu o Despacho nº 2.079, de 27 de junho de 2023 da ANEEL, que homologou os parâmetros para cálculo de revisão de garantia física da Usina Salto Weissbach. Na sequência, o projeto retornou à análise da EPE, que realizou a avaliação técnica e econômica do empreendimento.

No momento, o MME e a ANEEL estão analisando os aspectos para a o cálculo da tarifa de ampliação e posteriormente realizar a emissão da Outorga.

c) Reativação da CGH Maruim

A Usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada e, após 62 anos de operação, foi desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, tendo sido tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Notas Explicativas

Após as etapas referentes ao licenciamento ambiental e à consolidação de projeto básico realizadas nos últimos anos, no primeiro trimestre de 2023 foram iniciadas as obras de reativação da usina, sendo que essa nova configuração construtiva prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas.

Para a implantação foram realizados quatro processos licitatórios distintos: (i) supervisão e execução de programas ambientais; (ii) fornecimento e instalação das turbinas, geradores e equipamentos associados; (iii) fornecimento e instalação de conduto forçado e hidromecânicos; e (iv) execução de obras civis e projetos executivos de engenharia que, somados, resultam num montante na ordem de R\$8 milhões e serão executados durante o decorrer de 2023 e início de 2024.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com uma tarifa, à época, de R\$264,99/MWh.

2.2. Demais Participações

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Sociedade de economia mista, criada em 25 de fevereiro de 1994, possui a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural em 100% do território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída em agosto de 2000, com o propósito específico de integrar o sistema de transmissão de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, com a exploração das linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões leste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC C2, com 252,5 km de extensão. É o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o novo modelo do setor elétrico. A ECTE, após sagrar-se vencedora do lote D, do Leilão nº 006/2011, constituiu, em dezembro/2011, sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, que contempla a concessão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV), ambas no Estado de Santa Catarina, e visam integrar as Usinas de Geração de energia elétrica ao SIN, bem como viabilizar o acesso ao sistema de distribuição da Celesc, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 006/2012, de 10 de maio de 2012, tem prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social total da empresa.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA detém 85% de participação na Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul. A usina possui capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém o Contrato de Concessão nº 188/98 datado de 28 de agosto de 1998. Em 2021, o prazo de vigência da concessão passou de 35 para 39 anos da data da assinatura do contrato. A extensão foi concedida após a realizar a adesão à Lei nº 14.052/2020. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 11,95% do Capital Social total da empresa.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting*

Notas Explicativas

Standards Board - IASB, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em IFRS, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente informação Contábil Intermediária foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2023, conforme estabelece o artigo 17 da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis são reavaliadas em cada fechamento contábil e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros (Nota 5.4);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9.2);
- c) Ativo/Passivo Financeiro Parcela A – CVA (Nota 13.1);
- d) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2);
- e) Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery (Nota 14.3);
- f) Ativo de Contrato (Nota 15);
- g) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos (Nota 18.2);
- h) *Impairment* de Ativos Não Financeiros (Notas 19, 20 e 21);
- i) Depreciação (Nota 20.2);
- j) Ativo Intangível Indenizável – Celesc D (Nota 21);
- k) Ativo Intangível Repactuação do Risco Hidrológico – Celesc G (Nota 21);
- l) Contingências (Nota 28);
- m) Passivo Atuarial – CPC 33/IAS 19 (Nota 29);
- n) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 33.1).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, publicada em 29 de março de 2023, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023.

4.1. Base de Mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em *IFRS* foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; e imobilizado da Celesc G, que foi avaliado a valor justo (custo atribuído), na adoção inicial do CPC 27.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de

Notas Explicativas

forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas do Balanço Patrimonial

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 30 de setembro de 2023. Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:

Ativo	Nota	2022	Reclassificação	Consolidado
				2022 (Reclassificado)
Circulante		3.678.616	-	3.678.616
Caixa e Equivalentes de Caixa		940.684	-	940.684
Contas a Receber de Clientes		1.758.933	-	1.758.933
Estoques		20.019	-	20.019
Tributos a Recuperar		699.238	-	699.238
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP		20.422	-	20.422
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		57.555	-	57.555
Subsídio Decreto nº 7891/2013		47.086	-	47.086
Bônus Escassez Hídrica		1.138	-	1.138
Outros		133.541	-	133.541
Não Circulante		7.949.451	-	7.949.451
Realizável a Longo Prazo		3.143.744	-	3.143.744
Títulos Valores Mobiliários		217	-	217
Contas a Receber de Clientes		16.775	-	16.775
Tributos Diferidos		709.023	-	709.023
Tributos a Recuperar		524.780	-	524.780
Depósitos Judiciais		359.870	-	359.870
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14.1	1.008.038	(408.969)	599.069
Ativo de Contrato	15	-	408.969	408.969
Ativo Financeiro – Parcela A		76.448	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga e Ind. Us. Pery		446.095	-	446.095
Outros		2.498	-	2.498
Investimentos		363.279	-	363.279
Imobilizado		133.865	-	133.865
Intangível		4.308.563	-	4.308.563
Total do Ativo		11.628.067		11.628.067

Referem-se aos valores de ativos em curso relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia, de acordo com o CPC 47/IFRS 15. Somente quando transferidos para ativos em serviço é que serão bifurcados entre intangível e ativo financeiro, no escopo do ICPC 01/IFRS 12.

Notas Explicativas

4.2.2. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

	30.09.2022	Reclassificação	Consolidado 30.09.2022 (Reclassificação)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	592.144		592.144
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais	612.983		602.359
Depreciação e Amortização	205.717		205.717
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	48.640		48.640
Resultado da Equivalência Patrimonial	(68.287)		(68.287)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(11.226)		(11.226)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	1.514		1.514
Juros e Variações Monetárias	397.366	(10.624)	386.742
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	(53.376)		(53.376)
Despesas Atuariais	90.494		90.494
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	447		447
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	-45		-45
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	63.870		63.870
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	(62.131)		(62.131)
Aumento (Redução) nos Ativos	1.449.382		1.460.006
Contas a Receber	252.716		252.716
Tributos a Recuperar	391.729		391.729
Depósitos Judiciais	(7.170)	10.624	3.454
Estoques	(7.668)		(7.668)
Ativos Financeiros (CVA, Bonificação de Outorga)	713.530		713.530
Ativo Bônus Escassez Hídrica	101.723		101.723
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	2.145		2.145
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-2.600		-2.600
Outras Variações nos Ativos	4.977		4.977
Aumento (Redução) nos Passivos	(1.523.592)		(1.523.592)
Fornecedores	(149.666)		(149.666)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(12.814)		(12.814)
Tributos a Recolher	(820.261)		(820.261)
Passivos Financeiros	694.144		694.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	(778.357)		(778.357)
Taxas Regulamentares	(204.355)		(204.355)
Passivo Atuarial	(173.722)		(173.722)
Passivo Bônus Escassez Hídrica	(101.672)		(101.672)
Outras Variações no Passivo	23.111		23.111
Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações	1.130.917		1.130.917
Juros Pagos	(180.072)		(180.072)
IR e CSLL Pagos	(8.287)		(8.287)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	942.558		942.558
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições Ativo Financeiro/Imobilizado/Intangível	(766.379)		(766.379)
Integralização/Redução de Capital	(779)		(779)
Dividendos e JCP Recebidos	25.443		25.443
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	(741.715)		(741.715)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(63.688)		(63.688)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	610.000		610.000
Pagamento de Debêntures	(76.472)		(76.472)
Pagamento de JCP e Dividendos	(73.045)		(73.045)
Pagamento Passivo de Arrendamento	(5.621)		(5.621)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	391.174		391.174
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa	592.017		592.017
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	844.088		844.088
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.436.105		1.436.105
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	592.017		592.017

Com base no pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7, a fim de melhor apresentar as atualizações financeiras dos depósitos judiciais nos fluxos de caixa das atividades operacionais, a Companhia segregou os juros e variações monetárias das movimentações dos depósitos judiciais no ativo. Foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes ao 3º trimestre de 2022, para fins de comparabilidade.

4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor no exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Notas Explicativas

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 17	CPC 50	Contratos de seguro.	01/01/2023
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB
IAS 1	CPC 26	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
IAS 1	CPC 26	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8	CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12	CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação	01/01/2023

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em decorrência da aplicação das alterações às normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC*, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras Intermediária da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha conforme o modelo das Três Linhas do Global Institute of Internal Auditors (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (www.celesc.com.br/ri), que orienta a Administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

- O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais).
- Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos da Celesc e suas subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.
- Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando esses riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

As classes de Riscos Financeiros, Operacionais, Conformidade e Estratégico do Grupo, e suas categorias, não foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Liquidez

a) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Notas Explicativas

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de setembro de 2023.

							Consolidado
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.589.799	61.452	43.163	13.889	600	1.708.903
Caixa e Equivalente de Caixa		660.895	-	-	-	-	660.895
Depósitos Judiciais		-	-	-	389.105	-	389.105
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		51.093	-	-	-	-	51.093
Ativo Financeiro – CVA		-	-	-	258.559	-	258.559
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.627	7.165	31.118	142.579	244.063	428.552
Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	IPCA	1.586	3.135	13.643	63.090	112.757	194.211
Total Ativo		2.307.000	71.752	87.924	867.222	357.420	3.691.318
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	8.745	-	143.007	656.851	-	808.603
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		32.130	-	-	-	-	32.130
Eletrobras	5% a.a.	74	146	666	658	-	1.544
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	118	233	272	-	-	623
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a 2,6% a.a.	15.325	25.665	119.314	319.310	-	479.614
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.570	2.983	27.884	20.711	55.148
Entidade de Previdência Privada		28.482	17.209	77.438	413.000	1.086.000	1.622.129
Fornecedores		712.025	262.144	1.775	-	-	975.944
Passivo Financeiro – CVA	Selic	109.933	220.826	1.024.483	-	-	1.355.242
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	21.234	20.680	97.828	39.755	-	179.497
BID	CDI + 0,76% a 1,93% a.a.	80.947	-	33.360	354.605	1.919.667	2.388.579
Total Passivo		1.009.013	550.473	1.501.126	1.812.063	3.026.378	7.899.053

5.2. Risco de Mercado

5.2.1. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, quatro outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de aumento e redução na variável de risco considerada. Os valores são informados em termos absolutos e não relativamente ao cenário provável apresentado. Os cenários foram definidos com base em premissas macroeconômicas elaboradas por consultorias especializadas.

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2023:

									Consolidado
Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	(Cenário I)	Aumento 25% (Cenário II)	Aumento 50% (Cenário III)	Redução 25% (Cenário IV)	Redução 50% (Cenário V)	
CDI									
	Aplicações Financeiras	8	584.044	68.158	85.212	102.266	(51.104)	(34.108)	
	Empréstimos	23	(2.001.381)	(233.561)	(292.001)	(350.442)	175.121	116.881	
	Debêntures	24	(396.714)	(46.297)	(57.881)	(69.465)	34.712	23.168	
Selic									
	CVA – Passiva	13.1	(1.114.370)	(122.804)	(153.560)	(184.205)	(92.158)	61.402	
IPCA									
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	723.428	37.546	46.878	56.283	(28.141)	(18.737)	
	Debêntures	24	(44.732)	(2.322)	(2.899)	(3.480)	1.740	1.159	
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	356.492	18.502	23.101	27.735	(13.868)	(9.233)	
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	161.265	8.370	10.450	12.546	(6.273)	(4.177)	
	Reserva Matemática a Amortizar	29	(169.245)	(8.784)	(10.967)	(13.167)	6.584	4.383	

A Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado às indexações de CDI, IPCA e SELIC, podendo ter oscilações na realização dessas operações.

5.3. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE n°	Consolidado	
		30.09.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	653.834	676.836
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.349.619	1.166.319
Debêntures	24	441.446	606.113
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(660.895)	(940.684)
Dívida Líquida		1.784.004	1.508.584
Total do Patrimônio Líquido		3.187.480	2.883.176
Total do Capital		4.971.484	4.391.760
Índice de Alavancagem Financeira (%)		35,88%	34,35%

5.4. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2023, compreendendo apenas o nível 3 de estimativa:

Descrição – Nível 3	NE	Controladora	
		30.09.2023	31.12.2022
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários - Outros	16	208	217
Total do Ativo		208	217

Notas Explicativas

Descrição – Nível 3	NE	Consolidado	
		30.09.2023	31.12.2022
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários - Outros	16	208	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	725.849	599.069
Total do Ativo		726.057	599.286

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Para os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo de caixa descontado. Para a conta Outros, a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado está razoavelmente aproximado do seu valor justo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Controladora
				Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.664	-	-	35.664
Outros	-	-	208	208
Total do Ativo	35.664	-	208	35.872
Fornecedores	569	-	-	569
Dividendos e JSCP	219.880	-	-	219.880
Total do Passivo	220.449	-	-	220.449

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	660.895	-	-	660.895
Contas a Receber de Clientes	1.708.903	-	-	1.708.903
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	51.093	-	-	51.093
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	725.849	-	725.849
Ativo Financeiro – CVA	199.093	-	-	199.093
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	356.492	-	-	356.492
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	161.265	-	-	161.265
Outros	-	-	208	208
Total do Ativo	3.137.741	725.849	208	3.863.798
Fornecedores	975.944	-	-	975.944
Dividendos e JSCP	219.880	-	-	219.880
Empréstimos Moeda Nacional	653.834	-	-	653.834
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.349.619	-	-	1.349.619
Debêntures	441.446	-	-	441.446
Reserva Matemática a Amortizar	169.245	-	-	169.245
Encargos Setoriais – CDE	32.130	-	-	32.130
Passivo Financeiro – CVA	1.313.463	-	-	1.313.463
Total do Passivo	5.155.561	-	-	5.155.561

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2022:

Notas Explicativas

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Controladora	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.205	-	-	48.205
Outros	-	-	217	217
Total do Ativo	48.205	-	217	48.422
Fornecedores	900	-	-	900
Dividendos e JSCP	157.602	-	-	157.602
Total do Passivo	158.502	-	-	158.502

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado (Reclassificado)	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	940.684	-	-	940.684
Contas a Receber de Clientes	1.775.708	-	-	1.775.708
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.086	-	-	47.086
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	599.069	-	599.069
Ativo Financeiro – CVA	76.448	-	-	76.448
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	346.810	-	-	346.810
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	156.840	-	-	156.840
Outros	-	-	217	217
Total do Ativo	3.343.576	599.069	217	3.942.862
Fornecedores	1.016.513	-	-	1.016.513
Dividendos e JSCP	157.602	-	-	157.602
Empréstimos Moeda Nacional	676.836	-	-	676.836
Empréstimo Moeda Estrangeira	1.166.319	-	-	1.166.319
Debêntures	606.113	-	-	606.113
Reserva Matemática a Amortizar	248.978	-	-	248.978
Encargos Setoriais – CDE	19.472	-	-	19.472
Passivo Financeiro – CVA	753.564	-	-	753.564
Total do Passivo	4.645.397	-	-	4.645.397

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	844.832	906.658
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	617.832	631.435
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	604.794	562.195
Total	2.067.458	2.100.288
PECLD com clientes	(358.555)	(324.580)
Total	1.708.903	1.775.708

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Recursos em Banco e em Caixa	20	5	76.851	44.725
Aplicações Financeiras	35.644	48.200	584.044	895.959
Total	35.664	48.205	660.895	940.684

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado	
				30.09.2023	31.12.2022
Consumidores	1.059.486	227.662	456.814	1.743.962	1.787.728
Residencial	305.021	147.414	237.078	689.513	682.653
Industrial	72.367	26.306	84.232	182.905	182.744
Comércio	122.982	40.570	122.080	285.632	296.732
Rural	40.388	11.479	12.529	64.396	69.928
Poder Público	38.054	1.736	268	40.058	40.860
Iluminação Pública	16.874	4	607	17.485	17.313
Serviço Público	15.615	153	20	15.788	16.015
Fornecimento não Faturado	448.185	-	-	448.185	481.483
Suprimento a Outras Concessionárias	267.914	19.207	36.375	323.496	312.560
Concessionárias e Permissionárias	255.966	5.066	1.471	262.503	244.268
Transações no Âmbito da CCEE	463	-	-	463	22.711
Outros Créditos	1.070	14.141	34.904	50.115	35.769
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	10.415	-	-	10.415	9.812
Total	1.327.400	246.869	493.189	2.067.458	2.100.288
PECLD com Clientes	(6.877)	(5.893)	(345.785)	(358.555)	(324.580)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.320.523	240.976	147.404	1.708.903	1.775.708
Circulante				1.694.414	1.758.933
Não Circulante				14.489	16.775

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A controlada Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Residencial	159.712	142.191
Industrial	69.137	65.574
Comércio, Serviços e Outras	94.632	81.957
Rural	5.821	5.144
Poder Público	249	276
Iluminação Pública	610	1.421
Serviço Público	25	23
Concessionárias e Permissionárias	202	960
Consumidores Livres	2.156	2.043
Outros	26.011	24.991
Total Circulante	358.555	324.580

Abaixo, segue a demonstração da movimentação ocorrida:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	324.580
Provisão/Reversão Constituída no período	68.388
Reversão de Contas a Receber	(34.413)
Saldo em 30.09.2023	358.555

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2022. As perdas de crédito

Notas Explicativas

esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A Vencer	0,52%	0,67%	0,38%	0,63%	0,18%	0,01%	0,01%	0,02%
0 a 3 meses	2,53%	2,15%	2,90%	3,39%	0,97%	0,19%	1,23%	0,56%
3 a 6 meses	24,84%	19,62%	48,39%	33,08%	7,69%	5,88%	100,00%	50,00%
6 a 12 meses	49,38%	42,28%	71,43%	51,81%	20,59%	16,67%	100,00%	100,00%
12 a 18 meses	61,54%	56,52%	73,17%	66,15%	37,84%	33,33%	100,00%	100,00%
18 a 24 meses	66,67%	66,67%	75,00%	74,14%	51,85%	100,00%	100,00%	100,00%
24 a 36 meses	72,73%	73,24%	76,92%	84,31%	66,67%	100,00%	100,00%	100,00%
36 a 48 meses	80,00%	85,25%	78,95%	95,56%	82,35%	100,00%	100,00%	100,00%
48 a 60 meses	97,56%	98,11%	96,77%	97,73%	93,33%	100,00%	100,00%	100,00%
+ 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

9.2.1. Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

Em 27 de setembro de 2021, a Celesc G comunicou à CCEE a retirada da ação judicial existente para as UHEs Garcia, Bracinho, Cedros, Palmeiras, Salto, Pery e PCH Celso Ramos. O valor da PECLD dessas usinas foi revertido, em sua totalidade, até outubro de 2021.

Até 31 de julho de 2023, a Celesc G mantinha liminar favorável referente às CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Rio do Peixe, Pirai e São Lourenço, que não haviam sido repactuadas pelo risco hidrológico, quando foi prolatada sentença desfavorável, revogando a concessão de tutela e julgando improcedentes os pedidos. Diante disso, formam interpostas as seguintes ações, ainda sem julgamento:

- Apelação, para fins de reforma da sentença; e
- Pedido de efeito suspensivo à apelação

No Sumário da CCEE do mês de julho de 2023, o valor a ser pago pela Celesc G era de R\$28,1 milhões, referente ao principal do efeito da liminar e sua atualização monetária. No mesmo relatório, o valor ao qual a Celesc G tinha direito a receber era de R\$1,5 milhões. Após o encontro de contas, foi efetivado o aporte da garantia financeira no valor de R\$26,6 milhões, efetivamente liquidado em 5 de setembro de 2023.

Destarte que o saldo da PECLD existente em setembro de 2023, no valor de R\$464,0 mil, foi totalmente revertido. Nos nove meses de 2023, o montante revertido foi de R\$7,9 milhões, referente às CGHs pelas quais a Celesc G mantinha até então a ação judicial.

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	172	
Provisão Líquida no Período	7.734	
Reversão no Contas a Receber	(7.906)	
Saldo em 30.09.2023	-	

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, relacionados à distribuição de energia.

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Almoxarifado Geração	70	73
Almoxarifado Distribuição	27.173	19.946
Total	27.243	20.019

Notas Explicativas

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	716.838	1.100.944
ICMS	-	-	58.663	57.941
PIS/COFINS	-	-	7	6
Outros	-	-	993	993
Total	-	-	776.501	1.159.884
Circulante	-	-	746.798	635.104
Não Circulante	-	-	29.703	524.780

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
IRPJ e CSLL a compensar	56.052	44.331	91.549	64.134
Total	56.052	44.331	91.549	64.134

11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Saldo em 31.12.2022	-	-	1.100.944	-
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) 2ª ação	-	-	-	-
Atualização financeira	-	-	73.429	-
Baixa por utilização do crédito	-	-	(457.535)	-
Saldo em 30.09.2023	-	-	716.838	-
Circulante	-	-	716.838	-
Não Circulante	-	-	-	-

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o Recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida no *leading case* nº 574.706 – Tema 69 – houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, e iniciou em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D classificou para o ativo circulante o crédito de PIS e de Cofins com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS ATIVOS

12.1. Dividendos e JCP a Receber

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Dividendos Rondinha	-	-	-	-
Dividendos Celesc G	7.659	-	-	-
Dividendos SCGÁS	-	4.374	-	4.374
Dividendos ECTE	-	8.256	-	8.256
Dividendos Casan	2.610	-	2.610	-
Dividendos DFESA	461	909	461	909
Dividendos EDP Transmissão Aliança	-	-	2.326	1.078
JCP Celesc G	19.362	38.724	-	-
JCP Celesc D	209.827	154.806	-	-
JCP SCGÁS	1.228	2.227	1.228	2.227
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	-	3.578
Total Circulante	241.147	209.296	6.625	20.422

12.2. Outros Ativos – Circulantes e não Circulantes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.093	47.086
ICMS ST (i)	-	-	38.333	35.043
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	53.421	44.089
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	24.578	24.578
Diferença Reembolso CDE	-	-	-	3.424
Programa Baixa Renda	-	-	5.094	5.621
Despesas Pagas Antecipadamente (iv)	624	487	1.223	2.128
Conta Bandeiras	-	-	3.665	3.453
Destinado a Alienação	-	-	2.330	2.457
Pessoal a Disposição	-	-	872	794
Adiantamentos Diversos (v)	67	177	19.970	9.443
Outros Créditos (vi)	1	-	1.769	5.009
Total	692	664	202.348	183.125
Circulante	686	623	200.012	180.627
Não Circulante	6	41	2.336	2.498

Os valores consolidados, referem-se, principalmente:

(i) ICMS Substituição Tributária (ST)

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$1,2 milhões.

(v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de décimo terceiro salário (R\$11,2 milhões), férias (R\$1,6 milhões) e vale-alimentação (R\$6,2 milhões).

(vi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

A CVA - parcela A, é composta por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Os passivos constituídos estão contabilizados pela melhor estimativa.

Descrição	31.12.2022	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transferên- cias (iv)	30.09.2023	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa (iii)	898.170	216.991	(562.614)	49.834	(27.898)	574.483	202.605	371.878	241.858	332.625
Energia	137.397	147.817	(85.393)	3.400	-	203.221	23.209	180.012	42.210	161.011
Proinfa	59.745	-	(63.840)	4.095	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	134.783	113.942	(57.297)	13.457	-	204.885	123.573	81.312	132.156	72.729
Transporte de Energia	23.707	13.825	(15.001)	2.085	-	24.616	14.893	9.723	15.919	8.697
ESS	70.811	42.972	(73.389)	12.634	-	53.028	25.168	27.860	28.109	24.919
CDE	277.536	(26.963)	(264.794)	18.030	-	3.809	-	3.809	402	3.407
Neutralidade Parcela A	45.881	(16.212)	-	1.076	-	30.745	-	30.745	3.245	27.500
Sobrecontratação Energia	119.373	(60.548)	(1.665)	(4.951)	-	52.209	14.101	38.108	18.123	34.086
Outros	28.937	2.158	(1.235)	8	(27.898)	1.970	1.661	309	1.694	276
CVA Passiva	(1.575.286)	(637.482)	1.475.792	(45.366)	(906.511)	(1.688.853)	(1.541.226)	(147.627)	(1.555.321)	(133.532)
Energia	-	(2.712)	-	2.712	-	-	-	-	-	-
Custo Energia de Itaipu	(74.702)	(207.481)	35.790	(10.945)	-	(257.338)	(207.907)	(49.431)	(213.125)	(44.213)
Proinfa	(3.800)	(27.231)	3.626	(1.590)	-	(28.995)	(28.995)	-	(28.995)	-
CDE	-	(14.060)	1.602	(349)	-	(12.807)	(12.807)	-	(12.807)	-
Sobrecontratação Energia	(52.302)	-	61.514	-	(87.270)	(78.058)	(78.058)	-	(78.058)	-
Neutralidade Parcela A	(14.851)	(78.337)	23.722	(5.704)	-	(75.170)	(75.170)	-	(75.170)	-
Devoluções Tarifárias (i)	(586.535)	(31.985)	639.991	(1.505)	(807.619)	(787.653)	(765.476)	(22.177)	(766.185)	(21.468)
Bandeiras Tarifárias	(216)	56	-	-	-	(160)	-	(160)	(160)	-
Outros (ii)	(842.880)	(275.732)	709.547	(27.985)	(11.622)	(448.672)	(372.813)	(75.859)	(380.821)	(67.851)
Saldo Ativos/(Passivos)	(677.116)	(420.491)	913.178	4.468	(934.409)	(1.114.370)	(1.338.621)	224.251	(1.313.463)	199.093

(i) Devoluções Tarifárias correspondem entre outros itens ao PIS/COFINS sobre base de cálculo do ICMS que vem sendo devolvido ao consumidor. (Nota 30)

(ii) Outros – Correspondem a outros itens financeiros, risco hidrológico, CDE – Modicidade Eletrobras e Bônus Itaipu.

(iii) Os ativos de parcela A – CVA, reduziram em função da cobertura tarifária estar mais aderente em relação aos custos incorridos, não havendo assim um descasamento de constituição de ativos para o reequilíbrio econômico.

Os ativos e passivos de CVA constituídos tem impacto nulo no resultado. Financeiramente a expectativa é positiva, considerando que quando não há mais ativos para receber do que passivos a devolver, significa que não houve um descasamento de caixa desde o último reajuste tarifário anual para esses itens na perspectiva tarifária.

(iv) As transferências são decorrente de outros ativos e passivos para a parcela A.

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
CVA 2021 – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	-	487.164
CVA 2022 – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(62.866)	138.313
CVA 2022 – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	253.285	-
Total – CVA	190.419	625.477
Outros Itens – Período de 23.08.2021 a 22.08.2022	-	(1.281.318)
Outros Itens – Período de 23.08.2022 a 22.08.2023	(1.275.755)	(21.275)
Outros Itens – Período de 23.08.2023 a 22.08.2024	(29.034)	-
Total – Outros Itens – CVA	(1.304.789)	(1.302.593)
Total	(1.114.370)	(677.116)

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

O valor foi reconhecido como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Celesc G de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR, durante o período de vigência da concessão.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
Saldo em 31.12.2022	50.530	72.634	55.400	33.571	134.675	346.810
Atualização Monetária	1.682	2.419	1.847	1.113	4.504	11.565
Juros	4.570	6.662	4.912	3.453	10.732	30.329
Amortização/Baixa	(4.848)	(7.001)	(5.194)	(3.563)	(11.606)	(32.212)
Saldo em 30.09.2023	51.934	74.714	56.965	34.574	138.305	356.492
Circulante						41.288
Não Circulante						315.204

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia	723.428	596.648
Em Serviço	723.428	596.648
Ativo de Concessão – Geração de Energia	163.686	159.261
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	161.265	156.840
Total	887.114	755.909
Circulante	18.092	17.536
Não Circulante	869.022	738.373

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

Em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Indenizável.

Trata-se do valor justo dos ativos financeiros vinculados à concessão registrados na Contabilidade Societária. O efeito é decorrente do registro do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido, no contrato de concessão, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Total (Reclassificado)
Saldo em 31.12.2022	596.648
(+) Novas Aplicações	112.199
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	-
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	15.606
(-) Resgate	(1.025)
Saldo em 30.09.2023	723.428

(i) IPCA

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

O processo de indenização das concessões tem início em 2013, quando o Poder Concedente, por meio dos Decretos nº 7.805 e 7.850 estabeleceu, dentre outros, as normas para indenização do valor residual dos ativos vinculados. Posteriormente, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596, de 19 de dezembro de 2013, definiu os detalhes das regras de indenização.

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN nº 596/2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Em 2018, na busca de definir os valores a serem repassados às concessionárias a título de indenização, o Poder Concedente e a Agência Reguladora constataram a inaplicabilidade da regra. Assim, no ano de 2019, a ANEEL instaurou Audiência Pública para debater com os agentes as particularidades associadas à indenização das melhorias. Este processo restou materializado na REN nº

Notas Explicativas

942/2021. Cabe destacar dois aspectos importantes quanto a esta norma: a) os agentes que ainda não tinham solicitado a indenização poderiam fazê-lo no prazo de 30 dias após a entrada em vigor da norma (a Celesc G, que já tinha solicitado a indenização, reforçou o pleito); e b) a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado conforme a REN nº 942/2021.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido no Decreto nº 7.850. Vale destacar que em janeiro e, mais recentemente, em outubro do corrente ano a ANEEL solicitou envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos imobilizados requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

A partir de 1º julho de 2021, a Celesc G passou a receber a indenização retroativa a 1º de julho de 2018, através da RAG.

O saldo de R\$161,3 milhões existente em 30 de setembro de 2023, refere-se ao valor reconhecido a título de indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões, aprovado pelo Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, emitido pela ANEEL, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

O saldo é amortizado mensalmente, até o final do prazo de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2023/2024, R\$19,2 milhões se referem à indenização. O reconhecimento contábil se baseia no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Descrição	Consolidado
	Usina Pery
Saldo em 31.12.2022	156.840
Atualização Monetária	5.239
Juros	13.269
Amortização/Baixa	(14.083)
Saldo em 30.09.2023	161.265
Circulante	18.092
Não Circulante	143.173

15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção relacionados ao contrato de concessão de distribuição de energia que, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como Intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2022	408.969
(-) Transferências para Ativo Intangível	(561.723)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(112.199)
(+) Ativo Imobilizado em Curso – AIC	881.935
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(180.586)
Saldo em 30.09.2023	436.396

Notas Explicativas

16. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários, que estão classificados no ativo não circulante, são mensurados a valor justo e seus saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Outros Investimentos (i)	208	217	208	217
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	208	217	208	217

(i) Em 16 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou o exercício de direito de retirada da sociedade e venda de ações da CGT Eletrosul e da Eletronorte. O valor registrado contabilmente era de R\$9,8 mil e o recebimento foi de R\$117,9 mil, com ganho na alienação de R\$108,1 mil.

16.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía 56.713.251 Ações Ordinárias – ON, e 56.778.178 Ações Preferenciais – PN, representando 11,95% do capital social da Casan.

Por não possuir influência significativa nessa empresa, a Celesc mensurou o valor justo de sua participação acionária como investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual desse investimento, tendo como custo histórico de aquisição o montante de R\$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation* foram realizadas projeções de receita, custos e despesas, por município, até a data de vencimento de cada contrato de prestação de serviço. Por existir incerteza relacionada às renovações ou não desses contratos e, caso fossem renovados, em quais condições seriam, seguiu-se a premissa da otimização dos dados observáveis para a determinação do valor justo, desconsiderando-se a perpetuidade dos fluxos de caixa.

A avaliação refere-se à Companhia individualmente, considerando uma operação normal, de acordo com os mesmos parâmetros observados na data base do cálculo e ajustado ao plano de expansão de rede, divulgado pela Casan ao mercado, em 15 de março de 2022, e construído com base no Parecer Técnico de Certificação da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace, que visa atingir as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Para a obtenção das premissas de receitas e custos, foram confrontadas as informações extraídas, por município, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS com as informações obtidas nos Demonstrativos Financeiros e Informes Trimestrais auditados da própria Casan.

Os reajustes tarifários, no período de 2023 a 2065, último ano da concessão, foram considerados conforme a expectativa mensal do IPCA, divulgada pelo Bacen, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês de junho de cada ano. Para o ano de 2022, foi considerado um ajuste de 16,01% com aplicação em julho daquele ano, por município, sobre a média das tarifas praticadas em 2021.

Para taxa de desconto foi considerado o WACC nominal de 11,54% ao ano, levando em conta a expiração dos contratos de permissão de cada município. O custo da dívida após os impostos foi de 10,52% ao ano e o custo de capital próprio foi de 11,89% ao ano.

Houve redução da participação no Capital Social da Casan, em virtude da Companhia não ter aceito a proposta de integralização de dividendos para aumento de capital.

Os cálculos foram realizados por consultoria externa e, considerando as premissas de avaliação do valor justo desse investimento, reduziu-se o valor desse ativo a zero, em 31 de dezembro de 2022, sendo seu ajuste reconhecido a débito no patrimônio líquido em subgrupo de ajuste de avaliação patrimonial, situação em que se encontra atualmente.

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, seguiram práticas de mercado e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber de Clientes	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	32.571	-	-	32.571	-
Faturamento de Energia	-	-	-	8.831	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	83	-	-	1.862.612
Faturamento Energia Elétrica	-	-	-	6	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	908	-	-	908	-	-
SC Gás						
Dividendos e JCP	6.602	-	-	6.602	-	-
ECTE						
Dividendos e JCP	8.256	-	-	8.256	-	-
Controladas						
Celesc G						
Dividendos e JCP	38.724	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	102	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	838	-	-	-
Dividendos e JCP	154.806	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	209.296	32.571	1.023	24.859	32.571	1.863.968
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Dividendos Declarados e JCP	-	45.321	-	-	45.321	-
Faturamento de Energia	-	-	-	8.086	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	256	-	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	76	-	-	1.791.374
Faturamento de Energia	-	-	-	5	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	1.312
Dividendos e JCP	461	-	-	461	-	-
SC Gás						
Dividendos e JCP	1.228	-	-	1.228	-	-
ECTE						
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-
Controladas						
Celesc G						
Dividendos e JCP	27.021	-	-	-	-	-
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	166	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	757	-	-	-
Dividendos e JCP	209.827	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2023	238.537	45.321	999	10.036	45.321	1.792.686

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC						
Faturamento de Energia Elétrica	-	-	-	-	76.506	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(6)	-	-	(117.869)	-	-
Faturamento de Energia Elétrica	-	-	-	-	74	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(10.836)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.332)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.624)	-	-	-	-	-
Mútuo Celesc D	-	-	158	-	-	-
Saldo em 30.09.2022	(6.630)	(1.332)	158	(117.869)	76.580	(10.836)
Acionista Controlador						
Governo do Estado de SC:						
Receita de Vendas	-	-	-	-	74.758	-
Fundação de Seguridade						
CELOS						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(5)	-	-	(119.958)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	66	-
Coligada						
DFESA						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(10.836)
Controlada						
Celesc D						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.386)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.139)	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2023	(6.144)	(1.386)	-	(119.958)	74.824	(10.836)

17.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Honorários	4.814	5.987	4.814	5.987
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.882	1.752	1.882	1.752
Encargos Sociais	1.274	1.717	1.274	1.717
Outros	966	1.111	966	1.111
Total	8.936	10.567	8.936	10.567

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

18.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora (i)		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Ativo	-	-	677.111	709.023
Passivo	-	-	(96.096)	(89.214)
Tributo Diferido Líquido	-	-	581.015	619.809

(i) De acordo com o CPC 32 / IAS 12, a Controladora não registra tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Do total de R\$581,0 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$677,1 do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$96,1 milhões se refere a Celesc G.

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Provisão p/ Contingências	116.334	134.256	-	-	116.334	134.256
Provisão p/ Perdas em Ativos	25.145	18.510	-	-	25.145	18.510
Benefício Pós-Emprego	586.050	596.621	-	-	586.050	596.621
Arrendamento – CPC 06	310	176	-	-	310	176
Custo Atribuído	-	-	6.715	6.939	(6.715)	(6.939)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	58.089	72.278	-	-	58.089	72.278
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	46.091	47.681	(46.091)	(47.681)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	56.791	58.749	(56.791)	(58.749)
Bonificação de Outorga	-	-	59.048	54.139	(59.048)	(54.139)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	21.515	19.123	(21.515)	(19.123)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	14.542	14.938	(14.542)	(14.938)
Outras Provisões	-	-	211	463	(211)	(463)
Total	785.928	821.841	204.913	202.032	581.015	619.809

18.2. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

Os valores decorrentes do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014, pelo órgão regulador, está em demanda judicial junto à justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso.

Em agosto de 2019, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes, sendo que a última parcela está sendo devolvida ao consumidor por meio do RTA de 22 de agosto de 2023. Dessa forma, o reajuste tarifário de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tiveram a realização financeira no montante de R\$65,8 milhões, R\$68,5 milhões, R\$70,2 milhões, R\$76,8 milhões e R\$87,2 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2023 são:

Notas Explicativas

Ano	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
2023	76.491	117.194
2024	128.535	115.770
2025	34.689	34.687
2026	25.607	25.606
Acima de 2027	520.606	528.584
Total	785.928	821.841

18.3. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	24.547	
(-) Baixa do Custo Atribuído	(659)	
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	224	
Saldo em 30.09.2023	24.112	

18.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial e valor justo da CASAN com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2021	1.064.375	
(+) Adição do Passivo Atuarial	(44.435)	
(+) Valor justo da Casan	137.261	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	15.108	
Saldo em 31.12.2022	1.172.309	
(+) Adição do Passivo Atuarial	-	
(+) Valor justo da Casan	-	
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-	
Saldo em 30.09.2023	1.172.309	

A não contabilização e evidenciação de IRPJ e CSLL diferidos relacionados ao valor justo da Casan na Controladora, ocorrem pela ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros contra os quais os créditos fiscais possam ser utilizados nos próximos exercícios, conforme os critérios previstos no CPC 32 – Tributos sobre o lucro. Todavia, a companhia continuará reavaliando anualmente a expectativa de geração de lucro fiscal futuro, para que no momento oportuno possa contabilizar os valores de IRPJ e CSLL diferidos.

18.5. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	468.595	437.277	618.290	592.144
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(159.322)	(148.674)	(210.219)	(201.329)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	166.910	154.681	14.174	23.218
Benefício Fiscal	-	-	(678)	(676)
Incentivo Fiscal	-	-	3.600	2.189
Juros sobre Capital Próprio	(6.583)	(5.481)	46.387	39.665
Provisões Indedutíveis	(3.538)	(1.455)	(3.538)	(1.455)
Multas Indedutíveis	-	-	(3.330)	(4.783)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	232	45	232	45
Participação dos Administradores	(343)	(298)	(392)	(338)
Lei do Bem	-	-	1.602	-
Outras Adições (Exclusões)	2.120	1.096	1.944	(11.490)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(524)	(86)	(150.218)	(154.954)
Corrente	(524)	(86)	(111.423)	(162.901)
Diferido	-	-	(38.795)	7.947
Alíquota Efetiva	0,11%	0,02%	24,30%	26,17%

Notas Explicativas

18.6. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

18.6.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência.

Finalizado o processo administrativo tributário, o valor consolidado pela Receita Federal do Brasil foi de R\$196,8 milhões. A Companhia, intimada da decisão administrativa em 10 de agosto de 2023, está tomando as medidas judiciais necessárias para a discussão.

19. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Controladas	2.755.297	2.468.490	-	-
Celesc D	1.965.225	1.716.726	-	-
Celesc G	790.072	751.764	-	-
Controladas em Conjunto	148.263	135.965	148.263	135.965
SCGÁS	148.263	135.965	148.263	135.965
Coligadas	128.290	116.358	240.669	227.314
ECTE	96.514	88.313	96.514	88.313
DFESA	31.776	28.045	31.776	28.045
SPEs	-	-	112.379	110.956
Total	3.031.850	2.720.813	388.932	363.279

19.1. Informações sobre Investimentos


 Notas Explicativas

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital Social	Capital Social							
Saldo em 31.12.2022											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.432.655	6.881.685	3.765.969	4.831.645	1.716.726	9.908.754	403.099	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	140.062	815.408	73.332	130.374	751.764	183.022	113.774	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Saldo em 30.09.2023											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.283.539	6.959.301	4.247.862	4.029.753	1.965.225	7.685.918	404.292	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	110.856	874.942	60.767	134.959	790.072	133.883	53.627	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	120.829	563.278	87.096	284.515	312.496	24.535	26.554	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	651.173	430.771	246.822	140.033	695.089	1.637.757	121.188	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	20.715	157.840	19.883	20.699	137.974	51.845	18.198	

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Social	Capital Social							
Saldo em 31.12.2022											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	114.041	584.334	60.762	351.671	285.942	72.276	106.921	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	422.334	618.331	290.833	133.562	616.270	2.579.155	169.638	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	10.149	165.266	22.374	31.266	121.776	66.786	24.522	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.598	43.138	2.651	650	42.435	8.289	1.270	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	18.548	52.927	27.120	4.141	40.214	17.772	12.739	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.301	31.703	3.406	4.058	27.540	11.984	1.767	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.289	57.276	4.008	15.164	39.393	5.149	(353)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	313.215	2.209.251	124.123	1.806.912	591.431	319.381	72.259	
Saldo em 30.09.2023											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	120.829	563.278	87.096	284.515	312.496	24.535	26.554	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	651.173	430.771	246.822	140.033	695.089	1.637.757	121.188	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	20.715	157.840	19.883	20.699	137.974	51.845	18.198	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.621	42.125	1.120	-	43.626	6.148	2.424	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	25.765	51.597	25.109	1.769	50.484	13.683	13.517	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	2.570	30.471	3.615	2.138	27.288	9.191	1.866	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.433	55.149	2.770	14.206	39.606	3.864	(315)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	315.240	2.250.709	159.634	1.859.950	546.365	252.967	37.881	

19.2. Informações Financeiras Resumidas das Controladas

19.2.1. Celesc D

19.2.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2023	31.12.2022 (Reclassificado)
Circulante	3.283.539	3.432.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	602.529	835.653
Contas a Receber de Clientes	1.680.073	1.743.436
Estoque	27.173	19.946
IRPJ e CSLL a Recuperar	25.240	18.749
Demais Tributos a Recuperar	745.377	633.858
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	51.093	47.086
Bônus Escassez Hídrica	1.138	1.138
Outros	150.916	132.789
Não Circulante	6.959.301	6.881.685
Realizável a Longo Prazo	2.383.890	2.615.588
Contas a Receber de Clientes	14.489	16.775
Tributos Diferidos	677.111	709.023
Tributos a Recuperar	29.116	524.012
Depósitos Judiciais	301.927	281.256
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	723.428	596.648
Ativo de Contrato	436.396	408.969
Ativo Financeiro – CVA	199.093	76.448
Outros	2.330	2.457
Imobilizado	18.334	7.633
Intangível	4.557.077	4.258.464
Total do Ativo	10.242.840	10.314.340

Notas Explicativas

19.2.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2023	31.12.2022
Circulante	4.247.862	3.765.969
Fornecedores	970.865	1.008.600
Empréstimos Moeda Nacional	147.697	262.833
Empréstimos Moeda Estrangeira	112.225	34.396
Debêntures	155.108	207.621
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	234.988	226.132
IRPJ e CSLL a Recolher	1.647	15.366
Demais Tributos a Recolher	211.089	218.393
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	209.827	154.806
Taxas Regulamentares	72.923	55.568
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	91.212	81.701
Passivo de Arrendamento	10.125	1.438
Passivo Atuarial (CPC 33)	248.862	242.238
Passivos Financeiros – CVA	1.313.463	753.564
Bônus Escassez Hídrica	1.133	1.144
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	332.561	366.981
Outros	134.137	135.188
Não Circulante	4.029.753	4.831.645
Empréstimos Moeda Nacional	506.137	414.003
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.237.394	1.131.923
Debêntures	241.606	356.032
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	27.474	50.410
Taxas Regulamentares	96.958	105.094
Passivo de Arrendamento	9.120	6.716
Passivo Atuarial (CPC 33)	1.580.697	1.659.937
Provisão para Contingências	330.367	373.567
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	733.963
Patrimônio Líquido	1.965.225	1.716.726
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.171.774	1.171.774
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.035.048)	(1.035.048)
Lucros Acumulados	248.499	-
Total do Passivo	10.242.840	10.314.340

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o repasse de R\$70,0 milhões da Celesc G à Celesc D na forma de contrato de mútuo. A anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3.316, de 19 de outubro de 2021, tendo sido firmado o contrato entre as partes em 1º de novembro de 2021, data em que foram repassados os recursos. O contrato prevê o acréscimo de juros ao valor principal, com base na remuneração do CDI + 2,1% ao ano, e tinha vigência de 12 meses.

Os recursos repassados tiveram a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante dos desafios para o cumprimento do contrato de concessão e de todas as exigências regulatórias para o alcançar dos indicadores de qualidade.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de outubro de 2022, foi aprovada a prorrogação desse contrato por mais 12 meses, visando adequar o fluxo de caixa da Celesc D às necessidades operacionais e de investimento, mitigando os riscos de não cumprimento das obrigações financeiras nos exercícios de 2022 e 2023.

Até 30 de setembro de 2023, já foram reconhecidos R\$21,2 milhões (R\$1,2 milhões referentes a 2021, R\$10,5 milhões referentes a 2022 e R\$9,5 milhões referentes a 2023) de juros remuneratórios. Em 1º de novembro de 2023, o mútuo foi totalmente liquidado no valor de R\$92,3 milhões.

19.2.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	7.685.918	7.370.474
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	6.368.872	6.292.914
Receita de Ativos (Passivos) Financeiros - CVA	470.084	162.047
Receita de Construção – CPC 47	831.356	904.287
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.606	11.226
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(6.521.950)	(6.379.126)
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.041.801)	(4.862.218)

Notas Explicativas

Custo dos Serviços Prestados	(648.793)	(612.621)
Custo de Construção – CPC 47	(831.356)	(904.287)
Resultado Operacional Bruto	1.163.968	991.348
Despesas Operacionais	(459.508)	(491.830)
Despesas com Vendas	(171.092)	(170.926)
Despesas Gerais e Administrativas	(426.953)	(352.363)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	138.537	31.459
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	704.460	499.518
Resultado Financeiro	(173.498)	(58.125)
Receitas Financeiras	525.462	361.188
Despesas Financeiras	(698.960)	(419.313)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	530.962	441.393
IRPJ e CSLL	(126.670)	(120.571)
Corrente	(94.758)	(132.409)
Diferido	(31.912)	11.838
Lucro Líquido do Exercício	404.292	320.822

19.2.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	11.668.134	11.947.776
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.378.824	5.847.532
Fornecimento Não Faturado (a)	(32.873)	(68.493)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	252.042	315.028
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	470.084	162.047
Disponibilização da Rede Elétrica	5.055.351	3.996.083
Energia de Curto Prazo	197.621	287.126
Renda de Prestação de Serviços	741	1.862
Doações e Subvenções	489.836	483.068
Receita de Construção	831.356	904.287
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.606	11.226
Outras Receitas Operacionais	9.546	8.010
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.982.216)	(4.577.302)
ICMS	(1.504.673)	(2.003.511)
PIS	(150.136)	(148.614)
COFINS	(691.538)	(684.526)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.560.419)	(1.598.875)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(45.571)	(32.345)
Programa Eficiência Energética – PEE	(22.915)	(32.345)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(6.958)	(6.168)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	7.685.918	7.370.474

Fornecimento: o decréscimo se deve, principalmente, pela redução da alíquota de ICMS imposta pela Lei Complementar nº 194/2022, bem como a redução no faturamento de Bandeiras Tarifárias, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/MWh, por conta da situação extrema que se apresentava sinalizando a precariedade dos reservatórios do SIN em 2021. A vigência original foi de setembro de 2021 a abril de 2022, não havendo aplicação aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE (baixa renda), que seguiram a metodologia atual de acionamento.

Disponibilidade de uso da rede: o acréscimo é justificado pela aplicação do reajuste tarifário médio de 2,3%, a partir de 22 de agosto de 2023 (ciclo 2023/2024) e pelo aumento no consumo médio de 5,0% em MWh (consumidores livres). Há, ainda, a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

Receita ativo (passivo) financeiro regulatório: Impactou positivamente devido à amortização dos passivos financeiros do reajuste tarifário aplicado em 2022 e no último RTA de 22 de agosto de 2023.

Outros encargos: São valores repassados à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRB, quando do acionamento das Bandeiras Tarifárias, para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Notas Explicativas

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Residencial	2.665.983	2.598.383	5.360.096	5.108.254	2.057.616	2.573.649
Industrial	137.148	132.075	8.290.037	8.274.893	649.513	931.256
Comercial	315.915	307.047	3.651.677	3.520.570	1.034.036	1.427.305
Rural	224.116	228.201	772.572	820.911	281.583	379.862
Poder Público	26.821	24.712	352.569	326.280	132.654	167.700
Iluminação Pública	1.187	1.048	443.356	438.937	99.871	156.888
Serviço Público	4.276	4.106	324.110	299.793	90.678	142.379
Total do Fornecimento	3.375.446	3.295.572	19.194.417	18.789.638	4.345.951	5.779.039
Suprimento de Energia	54	54	1.746.495	1.756.489	252.042	315.028
Total	3.375.500	3.295.626	20.940.912	20.546.127	4.597.993	6.094.067

(i) Informações não revisadas

A redução da ROB no período de janeiro a setembro de 2023 foi determinada, entre outros fatores, pela revogação da Resolução nº 03, emitida pelo MME em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu a criação da Bandeira Tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$142,00/Mwh. Essa resolução vigorou no período de setembro de 2021 à abril de 2022 e produziu reflexos na ROB nos primeiros quatro meses de 2022. Outro fator relevante para a redução da ROB foi a promulgação da Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022, com efeitos a partir de 1º de julho de 2022, que limitou as alíquotas de ICMS nos Estados, tributo considerado no faturamento de energia elétrica nas distribuidoras. Em SC, a regulamentação da LC nº 194/2022 se deu pela Lei Ordinária nº 18.521, de 3 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2022, também.

19.2.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.09.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.041.801	-	-	-	5.041.801
Pessoal	265.562	197.731	21.266	989	485.548
Despesa Atuarial	-	107.229	-	-	107.229
Entidade Previdência Privada	12.386	8.783	774	-	21.943
Material	28.363	6.655	-	13.847	48.865
Custo de Construção	831.356	-	-	-	831.356
Custos e Serviços de Terceiros	123.976	85.302	46.367	1.202	256.847
Depreciação e Amortização	202.936	25.526	227	-	228.689
Provisões Líquidas	-	-	80.385	75.050	155.435
Outros	15.570	(4.273)	22.073	(229.625)	(196.255)
Total	6.521.950	426.953	171.092	(138.537)	6.981.458

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.09.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.862.218	-	-	-	4.862.218
Pessoal (c)	270.225	165.107	40.677	678	476.687
Despesa Atuarial	-	90.494	-	-	90.494
Entidade de Previdência Privada (c)	12.460	6.700	1.413	-	20.573
Material	23.580	6.750	-	12.272	42.602
Custo de Construção	904.287	-	-	-	904.287
Custos e Serviços de Terceiros	112.440	70.846	37.434	1.080	221.800
Depreciação e Amortização	181.802	19.396	348	-	201.546
Provisões Líquidas	-	-	64.993	119.980	184.973
Outras Receitas/Despesas	12.114	(6.930)	26.061	(165.469)	(134.224)
Total	6.379.126	352.363	170.926	(31.459)	6.870.956

19.2.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativo (receita) ou Passivo (despesa) Financeiro.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2024 e término em fevereiro de 2026.

Notas Explicativas

Encargos de dívidas: Os Encargos dos Empréstimos em moeda nacional, do BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No período de janeiro a setembro de 2023 o CDI acumulado foi de 9,9%, sendo que no mesmo período de 2022 foi 8,9%.

Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS: Referente à atualização da 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, do qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Descrição	30.09.2023	30.09.2022 (Reclassificado)
Receitas Financeiras	525.462	361.188
Renda de Aplicações Financeiras	68.963	90.242
Variações Monetárias	30.852	41.136
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	66.580	132.361
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	87.310	86.925
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	272.158	-
Juros Depositos Vinculados	19.132	-
Outras Receitas Financeiras	5.953	28.093
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(25.486)	(17.569)
Despesas Financeiras	(698.960)	(419.313)
Encargos de Dívidas	(190.303)	(166.783)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(17.408)	(31.952)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(2.191)	(3.995)
Encargos de Mútuo	(9.511)	(7.704)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(9.726)	(8.745)
Custo na Emissão de Debêntures	(1.019)	(1.153)
Variações Monetária Debêntures	(54.012)	(66.907)
Outras Variações Monetárias	(49)	(225)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(61.827)	(107.433)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(1.325)	(701)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(278.519)	(18.032)
Atualização Monetária Litígios	(70.226)	-
Outras Despesas Financeiras	(2.844)	(5.683)
Resultado Financeiro	(173.498)	(58.125)

19.2.2. Celesc G

19.2.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2023	31.12.2022
Circulante	110.856	140.062
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.702	56.826
Contas a Receber de Clientes	14.698	15.800
Estoque	70	73
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.257	1.054
Demais Tributos a Recuperar	1.421	1.246
Adiantamento a Fornecedores	-	1.805
Despesas Antecipadas	-	1.043
Dividendos e JCP a Receber	2.326	4.656
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	41.288	40.019
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	18.092	17.536
Outros	2	4
Não Circulante	874.942	815.408
Realizável à Longo Prazo	553.004	532.197
Mútuos (Nota 34.2)	91.212	81.701
Depósitos Judiciais	407	1.212
Demais Tributos a Recuperar	587	768
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	315.204	306.791
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	143.173	139.304
Investimentos	112.379	110.956
Imobilizado	164.682	126.094
Intangível	44.877	46.161
Total do Ativo	985.798	955.470

Notas Explicativas

9.2.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2023	31.12.2022
Circulante	60.767	73.332
Fornecedores	5.033	7.316
Debêntures	6.458	2.849
IRPJ e CSLL a Recolher	17.020	12.767
Demais Tributos a Recolher	1.518	8.472
Taxas Regulamentares	1.895	498
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	27.021	38.724
Outros	1.822	2.706
Não Circulante	134.959	130.374
Debêntures	38.274	39.611
Tributos Diferidos	96.096	89.214
Taxas Regulamentares	563	1.549
Provisões para Contingências	26	-
Patrimônio Líquido	790.072	751.764
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	272.975	272.975
Dividendos à Disposição da AGO	-	15.319
Ajuste de Avaliação Patrimonial	13.035	13.470
Lucros Acumulados	54.062	-
Total do Passivo	985.798	955.470

19.2.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receita Operacional Líquida – ROL	133.883	137.908
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	133.883	137.908
Custos de Vendas	(60.307)	(27.919)
Custo de Operação	(60.307)	(27.919)
Lucro Bruto	73.576	109.989
Despesas Operacionais	(7.006)	(7.381)
Com Vendas	(190)	(180)
Gerais e Administrativa	(13.584)	(15.253)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(1.925)	4
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.693	8.048
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	66.570	102.608
Resultado Financeiro	10.082	5.569
Receitas Financeiras	13.576	13.743
Despesas Financeiras	(3.494)	(8.174)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	76.652	108.177
IRPJ e CSLL	(23.025)	(34.296)
Corrente	(16.142)	(30.405)
Diferido	(6.883)	(3.891)
Lucro Líquido do Exercício	53.627	73.881

19.2.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receita Operacional Bruta – ROB (a)		
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	17.244	21.294
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(424)	856
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	3.330	3.718
Suprimento de Energia Elétrica	62.782	67.054
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	603	(3.620)
Energia Elétrica de Curto Prazo	5.394	3.735
Receita Financeira Bonificação de Outorga (i)	41.894	42.678
Receita Financeira Usina Pery (i)	18.508	19.453
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1	-
Deduções da Receita Operacional	(15.449)	(17.260)
PIS	(2.207)	(2.516)
COFINS	(10.166)	(11.588)
Taxa Fiscalização	(504)	(634)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.657)	(1.476)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(915)	(1.046)
Receita Operacional Líquida – ROL	133.883	137.908

(i) Receita Financeira - A redução verificada nas receitas financeiras, quando comparado o período de janeiro a setembro de 2022 e 2023, é justificada pela redução do IPCA. Nos primeiros nove meses de 2022 o IPCA acumulado foi 4,09%, sendo que no mesmo período de 2023, o IPCA foi 3,50%.

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Industrial	15	11	72.278	90.557	16.820	22.150
Comercial, Serviços e Outros	1	1	15.726	17.424	3.330	3.718
Suprimento de Energia	89	84	459.418	405.101	63.385	63.434
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	4.060	6.410	5.394	3.735
Total	105	96	551.482	519.492	88.929	93.037

(i) Informações não revisadas

19.2.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.09.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	15.461	-	-	-	15.461
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	2.883	-	-	-	2.883
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.619	-	-	-	2.619
Pessoal	2.244	10.869	8	-	13.121
Material	248	80	-	463	791
Custos e Serviços de Terceiros	5.420	2.102	296	-	7.818
Depreciação e Amortização	2.210	323	-	-	2.533
Seguros	1.043	-	-	-	1.043
Provisões Líquidas	-	-	(172)	26	(146)
Tributos	73	93	58	-	224
Aluguéis	-	93	-	-	93
Outros	(29)	24	-	1.436	1.431
Total	60.307	13.584	190	1.925	76.006

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	30.09.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	13.223	-	-	-	13.223
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	2.318	-	-	-	2.318
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.332	-	-	-	2.332
Pessoal	2.082	11.224	451	-	13.757
Material	733	108	-	-	841
Custos e Serviços de Terceiros	4.861	2.827	246	-	7.934
Depreciação e Amortização	2.257	254	-	-	2.511
Seguros	125	220	-	-	345
Provisões Líquidas	-	-	(563)	-	(563)
Tributos	(7)	102	46	-	141
Aluguéis	-	90	-	(5)	85
Outros	(5)	428	-	1	424
Total	27.919	15.253	180	(4)	43.348

Amortização: Com a repactuação do risco hidrológico em setembro de 2021, houve o reconhecimento do Ativo Intangível referente ao novo prazo de concessão das UHEs que foram repactuadas. Este Ativo Intangível é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

19.2.2.6. Resultado Financeiro

A receita financeira de R\$9,5 milhões é decorrente do reconhecimento dos juros referentes ao contrato de mútuo com a Celesc D. A redução dos juros das debêntures é justificada pela quitação das debêntures de 2018, ocorrida em novembro de 2022.

Notas Explicativas

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receitas Financeiras	13.576	13.743
Renda de Aplicação Financeira	4.578	6.751
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	1	2
Juros do Contrato de Mútuo	9.511	7.545
Multa Contratual	28	-
Juros Depósitos Vinculados	70	-
Outras Receitas Financeiras	41	(555)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(653)	-
Despesas Financeiras	(3.494)	(8.174)
Juros s/ as Debêntures	(3.111)	(7.578)
Custos na Emissão de Debêntures	(100)	(468)
Atualização do P&D	(162)	(102)
Outras Despesas Financeiras	(121)	(26)
Resultado Financeiro	10.082	5.569

19.3. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	Total
Investimentos	1.716.726	751.764	88.313	104.766	28.045	2.689.614
Mais Valia	-	-	-	31.199	-	31.199
Saldo em 31.12.2022	1.716.726	751.764	88.313	135.965	28.045	2.720.813
Dividendos e JCP Creditados	(155.793)	(15.319)	-	(7.203)	(460)	(178.775)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	404.292	53.627	8.201	20.602	4.191	490.913
Saldo em 30.09.2023	1.965.225	790.072	96.514	148.263	31.776	3.031.850
Investimentos	1.965.225	790.072	96.514	118.165	31.776	3.001.752
Mais Valia	-	-	-	30.098	-	30.098

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs (ii)	Total
Investimentos	88.313	104.766	28.045	110.674	331.798
Mais Valia	-	31.199	-	282	31.481
Saldo em 31.12.2022	88.313	135.965	28.045	110.956	363.279
Integralizações	-	-	-	152	152
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	-	(7.203)	(460)	(7.422)	(15.085)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.201	20.602	4.191	8.693	41.687
Saldo em 30.09.2023	96.514	148.263	31.776	112.379	388.932
Investimentos	96.514	118.165	31.776	112.097	358.552
Mais Valia	-	30.098	-	282	30.380

19.4. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 30 de setembro de 2023, é de R\$30,1 milhões e, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$31,2 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

19.5. Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Anualmente, a Companhia e sua subsidiária Celesc G, realizam o teste de recuperabilidade do ágio pago em seus investimentos. Para a mensuração do valor em uso é considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada é o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Notas Explicativas

20. IMOBILIZADO

20.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora			
	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Custo do Imobilizado	50	1	596	647
Depreciação Acumulada	(44)	(1)	(464)	(509)
Saldo em 31.12.2022	6	-	132	138
Adições	-	-	550	550
Depreciação	(2)	-	(191)	(193)
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(655)	(702)
Saldo em 30.09.2023	4	-	491	495
Taxa Média de Depreciação	5,33%	-	50%	

Descrição	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.394	90.155	22.260	387.606
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.337)	(12.394)	(63.223)	(1.705)	-	(13.737)	(221.724)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	7.441	8.813	77	18.918	696	90.155	7.765	133.865
Adições	-	-	-	-	-	39.893	19.508	59.401
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(35)	-	(147)	(182)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	35	-	-	35
Depreciação	-	(258)	(26)	(857)	(166)	-	(7.559)	(8.866)
(+/-) Transferências	-	-	-	-	513	(513)	-	-
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(742)	(742)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	129.535	41.621	446.825
Provisão p/ Perdas	(4.440)	(23.231)	(553)	(3.042)	7	-	-	(31.259)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.595)	(12.420)	(64.080)	(1.836)	-	(21.296)	(230.555)
(-) Crédito PIS/Cofins Depreciação	-	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2023	7.441	8.555	51	18.061	1.043	129.535	18.825	183.511
Taxa Média de Depreciação	-	3,39%	3,14%	3,14%	11,71%	-	8,33%	

20.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Consolidado	
Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	13,9
Móveis e Utensílios	6,6
Operação	
	Percentuais (%)
Prédios e Construções	3,0
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	12,5
Móveis e Utensílios	4,8

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso

Notas Explicativas

Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução nº 674/2015.

20.3. Ativos de Direito de Uso – CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida da rubrica do Imobilizado como Ativos de Direito de Uso.

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente, pela taxa de desconto de 8,09%, calculada pela Companhia.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	132	7.765
Circulante	-	-
Não Circulante	132	7.765
(+) Adições	550	19.508
(-) Depreciação	(191)	(7.559)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(742)
(-) Baixa	-	(147)
Saldo em 30.09.2023	491	18.825
Circulante	-	-
Não Circulante	491	18.825
PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	141	8.295
Circulante	141	1.579
Não Circulante	-	6.716
(+) Adições	550	19.508
(-) Baixas	-	(161)
(+) Juros Incorridos	14	1.339
(-) Pagamento Principal	(195)	(7.901)
(-) Juros Pagos	(14)	(1.339)
Saldo em 30.09.2023	496	19.741
Circulante	228	10.353
Não Circulante	268	9.388

20.3.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
2024	4.466	1.194
2025	756	1.135
2026	808	1.112
2027	874	1.112
2027+	2.484	2.163
Total	9.388	6.716

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

21. INTANGÍVEL

Controladora	
Descrição	Ágio
Saldo em 31.12.2022	3.938
Amortizações	(377)
Saldo em 30.09.2023	3.561
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(10.687)
Saldo em 30.09.2023	3.561
Taxa Média Amortização	1,3%

Consolidado						
Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Ágio (iii)	Itens em Andamento	Total
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Custo Total	6.916.773	7.445	45.879	14.248	1.718	6.986.063
Amortização Acumulada	(2.658.309)	(6.939)	(1.942)	(10.310)	-	(2.677.500)
Saldo em 31.12.2022	4.258.464	506	43.937	3.938	1.718	4.308.563
Adições (iv)	-	-	-	-	24	24
Baixas	(41.789)	-	-	-	-	(41.789)
Amortizações	(221.321)	(143)	(1.165)	(377)	-	(223.006)
Transferências	561.723	-	-	-	-	561.723
Saldo em 30.09.2023	4.557.077	363	42.772	3.561	1.742	4.605.515
Custo Total	7.436.707	7.445	45.879	14.248	1.742	7.506.021
Amortização Acumulada	(2.879.630)	(7.082)	(3.107)	(10.687)	-	(2.900.506)
Saldo em 30.09.2023	4.557.077	363	42.772	3.561	1.742	4.605.515
Taxa Média Amortização	4,5%	2,6%	3,4%	1,3%		

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.242, de 15 de agosto de 2023, alterou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o Art. 19 da Lei nº. 13.360/2016, na ocorrência de atraso no início da operação comercial devido a situações caracterizadas pela ANEEL como excludentes de responsabilidade, o prazo de outorga da geração de energia elétrica é recomposto pela extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade. O prazo de extensão das usinas da Celesc G, repactuadas pelo risco hidrológico em 2021, não sofreram alteração.

(iii) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

(iv) Referem-se aos investimentos realizados pela Celesc D, no período de janeiro a setembro de 2023, bifurcados entre intangível e ativo financeiro.

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Energia Elétrica	-	-	613.294	594.114
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	218.386	195.642
Materiais e Serviços	569	900	100.336	174.135
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	43.928	52.622
Total	569	900	975.944	1.016.513

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de

Notas Explicativas

risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

A Companhia entende que os empréstimos já estão no seu valor justo e indexados a índices de mercado.

Descrição		Consolidado	
		30.09.2023	31.12.2022
Total Moeda Nacional		653.834	676.836
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	558.523	578.809
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.239	93.253
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	1.455	2.110
Empréstimos Finame (iii)	6% a 9,5% a.a.	617	2.664
Total Moeda Estrangeira		1.349.619	1.166.319
Empréstimos – BID (iv)	CDI + 0,76% a 1,93% a.a	1.349.619	1.166.319
Total		2.003.453	1.843.155
Circulante		259.922	297.229
Não Circulante		1.743.531	1.545.926

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Companhia.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal passou a ser maio de 2023. Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024. A taxa de juros foi mantida no mesmo percentual da contratação original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Em agosto de 2023 houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024 e o final para fevereiro de 2026. A taxa de juros foi mantida em CDI + 1,65% a.a, com exigibilidade semestral. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Em abril de 2023, foi realizada a transferência da gestão dos contratos de financiamentos que utilizem recursos da RGR para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBPARG. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem covenant relacionados a esses empréstimos.

Notas Explicativas

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

As liberações continuaram ocorrendo e tanto a opção de conversão em moeda nacional quanto a alteração da taxa de juros do contrato mencionadas anteriormente foram mantidas.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 30 de setembro de 2023, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374.302,95	CDI + 0,94 a.a.
28.01.2018	9.704.328,10	CDI + 0,94 a.a.
07.10.2019	26.210.755,00	CDI + 0,99 a.a.
10.12.2019	9.767.891,73	CDI + 0,82 a.a.
09.06.2020	7.273.169,76	CDI + 1,19 a.a.
13.10.2020	35.000.000,00	CDI + 1,85 a.a.
19.03.2021	25.000.000,00	CDI + 1,93 a.a.
14.12.2021	50.000.000,00	CDI + 1,25 a.a.
28.06.2023	28.500.000,00	CDI + 0,76 a.a.

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

23.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Ano 2024	93.274	276.139	31.728	56.596	125.002	332.735
Ano 2025	275.363	137.864	63.456	56.596	338.819	194.460
Ano 2026	137.500	-	63.456	56.596	200.956	56.596
Ano 2027	-	-	63.456	56.596	63.456	56.596
Ano 2028 +	-	-	1.015.298	905.539	1.015.298	905.539
Total	506.137	414.003	1.237.394	1.131.923	1.743.531	1.545.926

Notas Explicativas

23.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.833	414.003	676.836
Encargos Provisionados	72.666	-	72.666
Transferências	(92.134)	92.134	-
Amortizações de Principal	(2.694)	-	(2.694)
Pagamentos de Encargos	(92.974)	-	(92.974)
Saldos em 30 de setembro de 2023	147.697	506.137	653.834

23.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.396	1.131.923	1.166.319
Ingressos	-	137.655	137.655
Atualização Monetária	(2.038)	(456)	(2.494)
Encargos Provisionados	128.700	-	128.700
Transferências	31.728	(31.728)	-
Pagamento de Encargos	(80.561)	-	(80.561)
Saldos em 30 de setembro de 2023	112.225	1.237.394	1.349.619

24. DEBÊNTURES

24.1. Debêntures 2018 – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250,0 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Companhia (Celesc Holding) prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 30 de Setembro de 2023, foram pagos R\$58,3 milhões de remuneração e R\$250 milhões de principal.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.2. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de abril de 2021, 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões, com vencimento para 15 de abril de 2026. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Notas Explicativas

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6 % ao ano.

A remuneração está prevista para pagamento de duas maneiras: a primeira, de forma trimestral e a partir da data de emissão, com vencimento todo dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, iniciando em 15 de julho de 2021 e terminando em 15 de outubro de 2022, e a segunda, de forma mensal e a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência. Até 30 de Setembro de 2023, foram pagos R\$157,5 milhões de remuneração e R\$153,5 milhões de principal.

A amortização está prevista em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, devidas sempre no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida em 15 de outubro de 2022.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*Covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado do cálculo dessa relação foi de 1,51, cumprindo, assim, tal obrigação.

24.3. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciou em junho de 2021 e a amortização iniciará em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 30 de setembro de 2023, foram pagos R\$4,4 milhões de remuneração.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$14,4 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação. A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

24.4. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2022	606.113	
Encargos Provisionados	57.123	
Pagamentos Encargos	(57.793)	
Pagamentos do Principal	(165.116)	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.019	
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	100	
Saldo em 30.09.2023	441.446	
Circulante	161.566	
Não Circulante	279.880	

24.5. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Ano 2023	266	1.384
Ano 2024	1.056	1.056
Ano 2025	1.054	1.054
Ano 2026+	927	927
Total	3.303	4.421

Notas Explicativas

24.6 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31.12.2022	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	Controladora
						30.09.2023
Dividendos e JCP a Pagar	157.602	(88.926)	(88.926)	-	151.204	219.880
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.3)	141	(195)	(195)	(14)	564	496
Total	157.743	(89.121)	(89.121)	(14)	151.768	220.376

Descrição	31.12.2022	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	Consolidado
							30.09.2023
Empréstimos e Financiamentos	1.843.155	137.655	(2.694)	134.961	(173.535)	198.872	2.003.453
Debêntures	606.113	-	(165.116)	(165.116)	(57.793)	58.242	441.446
Dividendos e JCP	157.602	-	(88.926)	(88.926)	-	151.204	219.880
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (Nota 20.3)	8.295	-	(7.901)	(7.901)	(1.339)	20.686	19.741
Total	2.615.165	137.655	(264.637)	(126.982)	(232.667)	429.004	2.684.520

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$201,4 milhões. As debêntures totalizaram R\$57,1 milhões.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Provisões e Encargos Sociais da Folha	1.662	1.241	144.799	115.144
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	66.903	108.854
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.750	10.197
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	33.148	27.070
Folha de Pagamento Líquida	298	297	14.822	16.815
Total	1.960	1.538	264.422	278.080
Circulante	1.960	1.538	236.948	227.670
Não Circulante	-	-	27.474	50.410

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

O último PDI realizado (PDI 2021) teve seu prazo estendido até maio de 2023, e contou com um total de 197 saídas. A edição vigente (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023 e os desligamentos estão previstos para iniciarem em novembro de 2023.

Desde a implantação do programa até 30 de setembro de 2023, ocorreram 1.225 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$488,5 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

Notas Explicativas

Anos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa PDI (R\$/Mil)
2016	61	16.183
2017	125	79.531
2018	181	68.737
2019	273	87.250
2020	303	112.847
2021	93	63.896
2022	141	60.084
2023	48	-
Totais	1.225	488.528

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
IRRF S/ JCP	4.095	4.305	12.102	17.173
PIS e COFINS	5.286	9.659	36.599	49.419
Outros	39	17.865	3.051	21.290
Total a pagar	9.420	31.829	51.752	87.882
(-) Tributos a compensar	-	-	(716.844)	(1.100.950)
Total	9.420	31.829	(665.092)	(1.013.068)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
IRPJ e CSLL	524	2.863	19.191	30.996
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(56.052)	(44.331)	(91.549)	(64.134)
Total	(55.528)	(41.468)	(72.358)	(33.139)

26.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
ICMS	-	-	168.354	168.346
Total a pagar	-	-	168.354	168.346
(-) Tributos a compensar	-	-	(58.663)	(57.941)
Total	-	-	109.691	110.405

26.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
ISS	106	107	2.001	2.566
IPTU	-	-	26	7
Total a pagar	106	107	2.027	2.573
(-) Tributos a compensar	-	-	(993)	(992)
Total	106	107	1.034	1.581

Notas Explicativas

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	67.155	61.094
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	57.721	54.759
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	32.130	19.472
Parcelamento ECE (ii)	14.175	26.254
Taxa de Fiscalização ANEEL	860	824
Outros	298	306
Total	172.339	162.709
Circulante	74.818	56.066
Não Circulante	97.521	106.643

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia reviu, a partir do terceiro trimestre de 2023, seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os principais aspectos em relação à prática anterior são a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso, não se limitando às judiciais que tenham sofrido julgamento em primeira instância, e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2022	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Controladora	
						Atualização Financeira	30.09.2023
Tributária	19.222	7.148	-	(66)	(1.508)	613	25.409
Trabalhistas	2.298	-	-	-	(2.298)	-	-
Cíveis	575	-	-	(11)	(36)	29	557
Regulatórias	3.358	-	-	-	-	5.060	8.418
Total	25.453	7.148	-	(77)	(3.842)	5.702	34.384

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2022	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Consolidado	
						Atualização Financeira	30.09.2023
Tributária	30.847	7.703	1.472	(290)	(2.220)	6.650	44.162
Trabalhistas	45.704	1.983	29.363	(10.335)	(9.143)	3.252	60.824
Cíveis	199.019	25.137	92.354	(100.002)	(55.484)	18.283	179.307
Regulatórias	121.027	28.379	6.160	(87.270)	(39.092)	47.612	76.816
Ambientais	2.423	-	2.124	(194)	(816)	131	3.668
Total	399.020	63.202	131.473	(198.091)	(106.755)	75.928	364.777

28.2 Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
Tributária	51.760	47.578	54.897	48.849
Trabalhistas	4.816	4.686	17.117	22.757
Cíveis	6.468	3.027	122.402	108.513
Regulatórias	23.727	22.111	193.279	179.751
Ambientais	-	-	1.410	-
Saldo em 30.09.2023	86.771	77.402	389.105	359.870

As movimentações dos depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	77.402	359.870
Constituição	6.200	130.456
Atualização Financeira	6.356	25.558
Baixas	(3.187)	(126.779)
Saldo em 30.09.2023	86.771	389.105

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.404.7200, em que é parte, no valor de R\$28,0 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda instrução por perícia judicial.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$15,1 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18. 017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

Na Celesc D, o depósito judicial mais relevante se refere ao processo nº 1005589- 77.2017.4.01.3400, no valor de R\$119,1 milhões. A discussão, em âmbito judicial, é sobre o processo de subcontratação de 2014, onde existem dois impactos: o primeiro sobre a questão do não repasse tarifário apurado pela ANEEL e o segundo sobre a penalidade apurada pela CCEE. Destaca-se o fato da penalidade de subcontratação ter um rito específico e multilateral, que deve contemplar, inclusive, discussões *ex-post*.

Em 2020, a sentença da 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal julgou o processo improcedente em primeiro grau. Na ação, a Celesc D visava anular a penalidade imposta pela CCEE em razão da falta de lastro contratual no ano de 2014. A Celesc D interpôs apelação cível e mantém a discussão, considerando que tal decisão não levou em conta diversos aspectos da apuração da penalidade. Para conseguir um efeito suspensivo e não ser considerada inadimplente a distribuidora ofertou depósito judicial no valor integral da penalidade. Considerando a peculiaridade do caso e a avaliação do fato concreto, existe razoável possibilidade de anular a sentença e, assim, o processo foi classificado com uma estimativa de perda possível.

Na Celesc D, houveram, ainda, em 05 de maio de 2023, um depósito de R\$ 15,9 milhões e em 13 de junho de 2023, um depósito no valor de R\$1,7 milhões, ambos no processo 5029579-87.2023.8.24.0023 referente ao reequilíbrio financeiro do contrato com a EMEPLAN. Além disso, em 02 de junho de 2023, houve um depósito de R\$14,7 milhões no processo 5036528-30.2023.8.24.0023 ref. Incêndio da FLORINFO, cujo processo encontra-se baixado desde 31/08/2023, entretanto em outro desdobramento do processo sob nº 5071146-69.2021.8.24.0023 há um registro de provisão de R\$ 6,8 milhões.

As baixas mais relevantes por perdas em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores no norte do Estado, ambiental pelo vazamento de óleo de transformador, ressarcimentos de seguro, verbas rescisórias, intervalos intrajornada e interjornada de trabalho, exploração de faixa de domínio, inexistência de débito, dano mora, rescisão contratual, alteração de classe de consumo e dano material.

Notas Explicativas

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e também de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas à contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas a notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$15,1 milhões e se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5029049-48.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário. A Celesc opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do crédito tributário. Julgados improcedentes os embargos e apresentado recurso. O Tribunal negou provimento ao recurso da Companhia. No STJ o Recurso Especial não foi conhecido. Processo foi baixado e aguarda conversão dos valores em renda em favor da União.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$26,7 milhões, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$ 10,14 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,2 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$11,5 milhões, incêndios no montante de R\$6,5 milhões, cobrança indevida no valor de R\$3,7 milhões, Portarias DNAEE em torno de 10,3 milhões, CDI-OVER em torno de 11,13 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, item d).

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

28.2. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisões constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Tributárias (i)	239.111	150.602
Trabalhistas (ii)	31.645	20.596
Cíveis (iii)	465.641	432.505
Regulatórias (iv)	175.901	190.529
Ambientais (v)	27.895	28.432
Total	940.193	822.664

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil (Nota 18.6.1).

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$17,9 milhões.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes, danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$100 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$61 milhões de danos morais/materiais, R\$29,7 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$ 35,9 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. PASSIVO ATUARIAL

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Planos Previdenciários	666.808	740.746
Plano Misto e Plano Transitório (a)	666.808	740.746
Planos Assistenciais	1.162.751	1.161.429
Plano CELOS Saúde (b)	1.108.221	1.106.999
Outros Benefícios (c)	54.530	54.430
Total	1.829.559	1.902.175
Circulante	248.862	242.238
Não Circulante	1.580.697	1.659.937

Notas Explicativas

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial

29.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2021	2.509.028	682.813	1.128.787	1.655	58.891	4.381.174
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.503	-	(39.756)	136	-	(38.117)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	-	111.118
Juros s/ Obrigação Atuarial	259.463	68.033	116.387	160	5.975	450.018
Benefícios Pagos no Exercício	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(5.071)	(426.121)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(97.178)	(28.790)	(621)	36	(5.365)	(131.918)
Saldo em 31.12.2022	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2021	567.108	313.574	1.078.690	-	58.891	2.018.263
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(1.998.714)	(390.962)	(52.626)	(13.529)	-	(2.455.831)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.481.674	648.748	1.159.625	1.677	54.430	4.346.154
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	11.852	-	11.852
Passivo (Ativo) em 31.12.2022	482.960	257.786	1.106.999	-	54.430	1.902.175

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2021	1.941.920	369.239	50.097	12.800	2.374.056
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(217.539)	(90.657)	(112.544)	(310)	(421.050)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	26.397	17.349	67.372	-	111.118
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	87.566	78.562	65.669	-	231.797
Rendimentos Esperados dos Ativos	203.257	38.936	6.287	1.352	249.832
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(42.887)	(22.467)	(24.255)	(313)	(89.922)
Saldo em 31.12.2022	1.998.714	390.962	52.626	13.529	2.455.831

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Trimestre

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	30.09..2022
Plano Transitório	19.297	21.823
Plano Misto	39.977	43.282
Plano Médico	60.679	52.758
Outros Benefícios	4.684	4.583
Total	124.637	122.446
Despesa Pessoal	107.229	90.494
Despesa Financeira	17.408	31.952
Total	124.637	122.446

29.1.5. Despesa Estimada para o Exercício de 2023

A estimativa da despesa para o exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2023
Plano Transitório	25.730
Plano Misto	53.303
Plano Pecúlio	153
Plano Médico	80.905
Outros	6.093
Total	166.184

29.1.6. Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano	Plano	Outros	Total
	Misto/Transitório	CELOS Saúde	Benefícios	
Saldo em 31.12.2022	740.746	1.106.999	54.430	1.902.175
Pagamento	(133.212)	(59.457)	(4.584)	(197.253)
Provisão	59.274	60.679	4.684	124.637
Saldo em 30.09.2023	666.808	1.108.221	54.530	1.829.559

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na Nota 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão ressarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22

Notas Explicativas

de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/Cofins aos clientes de Distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos já compensados pela Celesc D, no montante de R\$ 806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% aos consumidores.

Desta forma, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2022 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2022, no valor de R\$778,4 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores do Passivo Não Circulante para a conta Passivo Financeiro – CVA do Passivo Circulante.

Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, a Celesc D não considera o risco de perda da causa sobre a atualização como provável, mas sim possível, constituindo assim um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente descontados no último processo tarifário de forma precária, em virtude de a atualização feita pela ANEEL não estar alinhada à legislação tributária vigente, conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da CP05/2021 com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão junto aos processos nº 48500.001747/2020-22 e nº 8500.004897/2021-79 e, adicionalmente, expressos na Nota Técnica nº 161/2022-SGT/ANEEL, de 12/8/2022:

56. Por meio da Carta CELESC S/N de 11 de agosto de 2022, a concessionária se manifestou em relação a divergências na forma de atualização e de contabilização dos valores de reversão ao consumidor de créditos de PIS/COFINS. Ressaltamos que o tema ainda se encontra em discussão no âmbito da CP nº 05/2021 e os apontamentos da CELESC serão levados em conta no fechamento do normativo. Uma vez definida e homologada a metodologia regulatória para o tratamento dos valores, eventuais ajustes futuros dos valores poderão ser feitos.

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante ao processo sob nº 5016157-78.2019.4.04.7200, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme Nota 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no próximo

Notas Explicativas

RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$ 807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir a Consumidores do Passivo Não Circulante para a conta Passivo Financeiro – CVA do Passivo Circulante. Sobre a diferença, no valor de R\$ 25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

Uma vez que a discussão metodológica quanto à operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela Agência quanto à provisoriedade do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14/08/2023:

50. Quanto ao repasse dos valores de PIS/COFINS, ressalta-se que o tema ainda se encontra em discussão no âmbito da CP nº 05/2021, de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, de modo que eventuais ajustes futuros dos valores poderão ser feitos.

A Celesc D não considera o risco de perda da causa sobre a atualização como provável, mas sim possível, e por isso há um débito de 27 e 25 mil nas contas mencionadas reduzindo o passivo.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

31.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

31.3. Resultado Básico e Diluído por Ação

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2023 e de 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de setembro de 2023 e de 2022, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse exercício, não houve

Notas Explicativas

transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Demonstrações Financeiras Anuais.

No primeiro trimestre, em 30 de setembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

31.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	11,4510	10,6955
Ações Preferenciais Nominativas – PN	12,5961	11,7651
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	177.801	166.071
Ações Preferenciais Nominativas – PN	290.271	271.119
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	468.072	437.190

31.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2023, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cuja aprovação está demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Consolidado	
		Valor Bruto	Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	16.03.2023	45.874	41.693
2º Trimestre	22.06.2023	46.270	42.790
3º Trimestre	21.09.2023	48.751	44.655
Total		140.895	86.348

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofrerão atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

31.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,16 bilhões, em 30 de setembro de 2023, e R\$1,16 bilhões, em 31 de dezembro de 2022, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	31.12.2022
Custo Atribuído – Celesc G (a)	13.035	13.470
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.035.048)	(1.035.048)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.159.274)	(1.158.839)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes (Nota 16).

Notas Explicativas

32. RECEITAS E DESPESAS

32.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

32.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

Descrição	30.09.2023	30.09.2022
Receita Operacional Bruta – ROB	11.810.977	12.096.133
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.399.316	5.872.478
Fornecimento não faturado (a)	(33.297)	(67.637)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	311.036	377.669
Suprimento não faturado (a)	603	(3.620)
Disponibilização da Rede Elétrica	5.052.732	3.993.751
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	15.606	11.226
Receita Financeira	60.402	62.131
Renda de Prestação de Serviços	741	1.862
Energia Elétrica de Curto Prazo	203.015	290.861
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (Parcela A - CVA)	470.084	162.047
Outras Receitas Operacionais	9.546	8.010
Doações e Subvenções (i)	489.836	483.068
Receita de Construção	831.356	904.287
Arrendamentos e Aluguéis UFV	1	-
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.997.665)	(4.594.562)
ICMS	(1.504.673)	(2.003.511)
PIS	(152.343)	(151.130)
COFINS	(701.704)	(696.114)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.560.419)	(1.598.875)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(46.486)	(33.391)
Programa Eficiência Energética – PEE	(22.915)	(32.345)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(7.462)	(6.802)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.657)	(1.476)
Outros Encargos	(6)	(70.918)
Receita Operacional Líquida – ROL	7.813.312	7.501.571

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), no período de janeiro a setembro de 2023, foi de R\$431,8 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$25,1 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$35,3 milhões e à diferença devedora de reembolso CDE, no montante de R\$2,4 milhões.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Residencial	2.665.983	2.598.383	5.360.096	5.108.254	2.057.616	3.833.134
Industrial	137.163	132.086	8.362.315	8.365.450	666.251	1.315.649
Comercial	315.916	307.048	3.667.403	3.537.994	1.037.366	2.023.056
Rural	224.116	228.201	772.572	820.911	281.583	553.321
Poder Público	26.821	24.712	352.569	326.280	132.654	249.946
Iluminação Pública	1.187	1.048	443.356	438.937	99.871	217.790
Serviço Público	4.276	4.106	324.110	299.793	90.678	190.677
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons.Cat	-	-	-	-	-	(2.578.732)
Total do Fornecimento	3.375.462	3.295.584	19.282.421	18.897.619	4.366.019	5.804.841
Suprimento de Energia	143	138	2.205.913	2.161.590	311.639	374.049
Total	3.375.605	3.295.722	21.488.334	21.059.209	4.677.658	6.178.890

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas

32.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.09.2023	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	3.613.802	-	-	-	3.613.802
Repactuação Risco Hidrológico – GSF (Nota 9.2.1)	28.135	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.442.555	-	-	-	1.442.555
Pessoal (c)	267.806	215.372	21.274	989	505.441
Administradores	-	8.936	-	-	8.936
Despesa Atuarial	-	107.229	-	-	107.229
Entidade de Previdência Privada (c)	12.386	8.788	774	-	21.948
Material	28.611	6.735	-	14.310	49.656
Custo de Construção	831.356	-	-	-	831.356
Custos e Serviços de Terceiros	129.314	91.841	46.663	1.202	269.020
Depreciação e Amortização	205.146	26.042	227	1.478	232.893
Provisões Líquidas	-	-	80.213	78.305	158.518
Arrendamento e Aluguéis	1.075	5.649	333	(345)	6.712
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(197.335)	(197.335)
Outras Receitas/Despesas	15.582	(8.485)	21.798	(40.236)	(11.341)
Total	6.575.768	462.107	171.282	(141.632)	7.067.525

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30.09.2022	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	3.586.678	-	-	-	3.586.678
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.286.668	-	-	-	1.286.668
Pessoal (c)	272.307	183.532	41.128	678	497.645
Administradores	-	8.336	-	-	8.336
Despesa Atuarial	-	90.494	-	-	90.494
Entidade de Previdência Privada (c)	12.460	6.706	1.413	-	20.579
Material	24.313	6.858	-	12.272	43.443
Custo de Construção	904.287	-	-	-	904.287
Custos e Serviços de Terceiros	117.235	78.050	37.680	1.080	234.045
Depreciação e Amortização	184.059	19.832	348	1.478	205.717
Provisões Líquidas	-	-	63.870	122.781	186.651
Arrendamento e Aluguéis	510	7.499	143	(361)	7.791
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(164.428)	(164.428)
Outras Receitas/Despesas	11.717	(12.751)	26.524	(13.414)	12.076
Total	6.400.234	388.556	171.106	(39.914)	6.919.982

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	2.575.626	2.262.177
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	42.198	8.198
Itaipu Binacional	541.830	787.765
Contratos Bilaterais	45.720	60.839
Cotas de Energia Nuclear	159.136	168.132
Cotas de Garantia Física	386.099	402.914
Proinfa	221.208	257.321
PIS/COFINS	(358.015)	(360.668)
Total	3.613.802	3.586.678

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022
Encargo de Uso do Sistema	1.168.354	952.164
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS (i)	34.989	220.760
Encargos de Transporte de Itaipu	88.929	72.017
Encargo de Energia de Reserva – EER	297.320	172.875
PIS/COFINS	(147.037)	(131.148)
Total	1.442.555	1.286.668

Notas Explicativas

- (i) Até abril de 2022, houve um aumento nestes encargos dos serviços do sistema relacionados ao acionamento das usinas termoeletricas devido a escassez hidrológica.

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Pessoal	6.772	7.201	505.441	497.645
Remunerações	6.476	6.931	233.070	258.328
Encargos Sociais	157	161	104.119	96.502
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	33.518	36.005
Benefícios Assistenciais	-	-	74.951	73.994
Provisões e Indenizações	59	37	59.644	32.686
Outros	80	72	139	130
Previdência Privada – CELOS	5	6	21.948	20.579
Total	6.777	7.207	527.389	518.224

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

32.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022 (Reclassificado)
Receitas Financeiras	149	(4.796)	529.676	362.432
Renda de Aplicações Financeiras	3.424	1.587	76.965	98.580
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	87.311	86.927
Variações Monetárias	-	158	30.852	41.136
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	66.580	132.361
Renda de Dividendos	2.662	4.001	2.662	4.001
Juros Depósitos Vinculados	6.359	-	25.561	-
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	-	-	272.186	-
Outras Receitas Financeiras	2.927	2.099	8.921	30.307
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(15.223)	(12.641)	(41.362)	(30.880)
Despesas Financeiras	(5.917)	(380)	(698.860)	(420.164)
Encargos de Dívidas	-	-	(190.303)	(166.784)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(17.408)	(31.952)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(2.191)	(3.995)
Variações Monetárias	-	-	(54.061)	(67.132)
Atualização Monetária para Litígios	(5.702)	-	(75.928)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(9.888)	(8.847)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(61.827)	(107.433)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(4.230)	(9.199)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(14)	(17)	(1.339)	(718)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	-	-	(278.519)	-
Outras Despesas Financeiras	(201)	(363)	(3.166)	(24.104)
Resultado Financeiro	(5.768)	(5.176)	(169.184)	(57.732)

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração e correspondente aos trimestres findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

						30.09.2023
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	7.685.918	133.883	(6.489)		7.813.312
Custo das Vendas	-	(6.319.014)	(58.097)	6.489	(i)	(6.370.622)
Depreciação	-	(202.936)	(2.210)	-		(205.146)
Resultado Operacional Bruto	-	1.163.968	73.576	-		1.237.544
Despesas com Vendas	-	(171.092)	(190)	-		(171.282)
Despesas Gerais e Administrativas	(21.570)	(426.953)	(13.584)	-		(462.107)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	5.020	138.537	(1.925)	-		141.632
Resultado de Equivalência Patrimonial	490.913	-	8.693	(457.919)	(ii)	41.687
Resultado das Atividades	474.363	704.460	66.570	(457.919)		787.474
Receitas Financeiras	149	525.462	13.576	(9.511)	(iii)	529.676
Despesas Financeiras	(5.917)	(698.960)	(3.494)	9.511	(iii)	(698.860)
Resultado Financeiro, Líquido	(5.768)	(173.498)	10.082	-		(169.184)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	468.595	530.962	76.652	(457.919)		618.290
IRPJ e CSLL	(523)	(126.670)	(23.025)	-		(150.218)
Lucro Líquido do Exercício	468.072	404.292	53.627	(457.919)		468.072
Total dos Ativos	3.456.440	10.242.840	985.798			
Total dos Passivos	268.960	8.277.615	195.726			

						30.09.2022
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	7.370.474	137.908	(6.811)		7.501.571
Custo das Vendas	-	(6.197.324)	(25.662)	6.811	(i)	(6.216.175)
Depreciação	-	(181.802)	(2.257)	-		(184.059)
Resultado Operacional Bruto	-	991.348	109.989	-		1.101.337
Despesas com Vendas	-	(170.926)	(180)	-		(171.106)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.940)	(352.363)	(15.253)	-		(388.556)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	8.451	31.459	4	-		39.914
Resultado de Equivalência Patrimonial	454.942	-	8.048	(394.703)	(ii)	68.287
Resultado das Atividades	442.453	499.518	102.608	(394.703)		649.876
Receitas Financeiras	(4.796)	361.188	13.743	(7.703)	(iii)	362.432
Despesas Financeiras	(380)	(419.313)	(8.174)	7.703	(iii)	(420.164)
Resultado Financeiro, Líquido	(5.176)	(58.125)	5.569	-		(57.732)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	437.277	441.393	108.177	(394.703)		592.144
IRPJ e CSLL	(87)	(120.571)	(34.296)	-		(154.954)
Lucro Líquido do Período	437.190	320.822	73.881	(394.703)		437.190
Total dos Ativos	3.146.392	10.576.508	980.261			
Total dos Passivos	213.051	8.922.045	222.833			

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Sexta Emissão de Debêntures Simples pela Celesc D

Em 19 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, destinada a investidores profissionais, da subsidiária integral Celesc D.

O valor total da Emissão será de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), sendo que (i) o valor das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) será correspondente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e (ii) o valor das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) será correspondente a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

Notas Explicativas

As debêntures são da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Adicionalmente, contam com garantia adicional fidejussória. A Companhia prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão; e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão o prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de emissão.

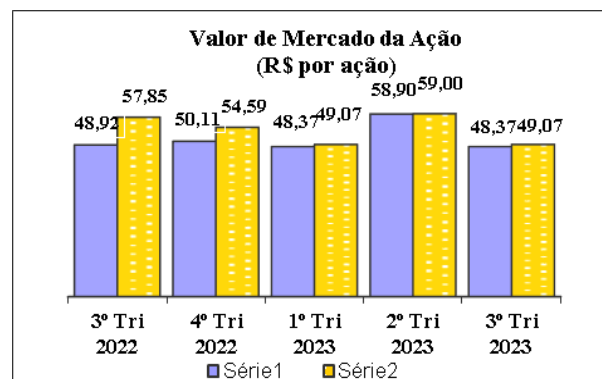
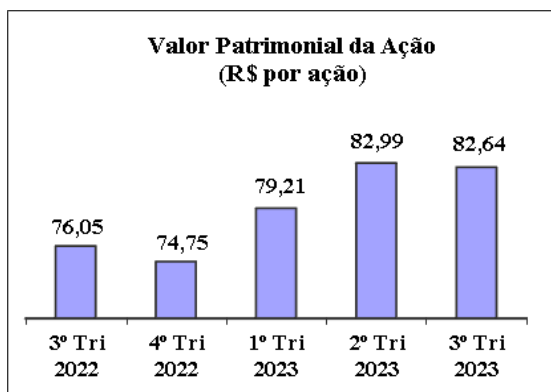
Os recursos líquidos obtidos pela Celesc D decorrentes das Debêntures da Primeira Série serão destinados a investimentos e reforço de caixa. Com relação aos recursos das Debêntures da Segunda Série serão destinados, exclusivamente e integralmente no reembolso de gastos ou despesas na realização de investimentos futuros.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

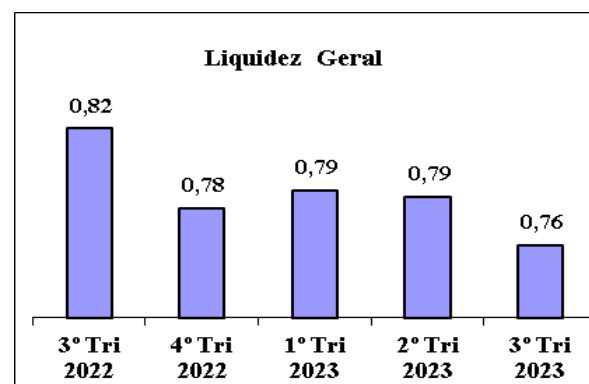
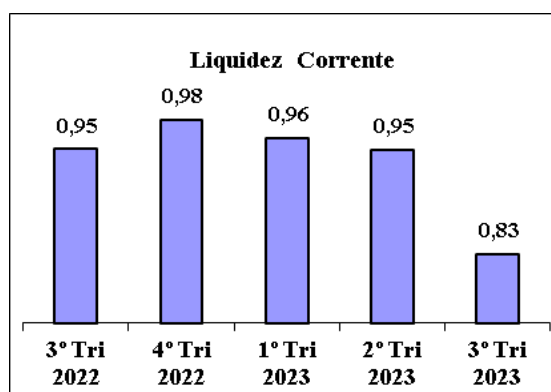
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

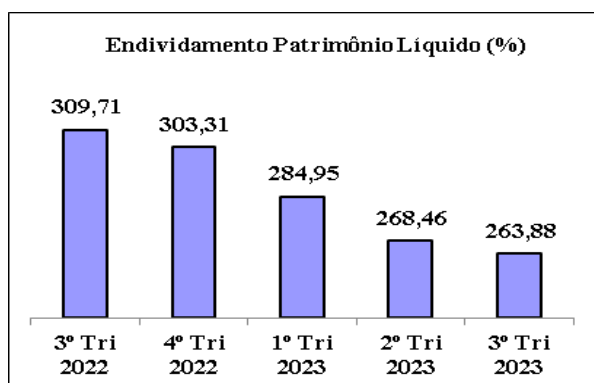
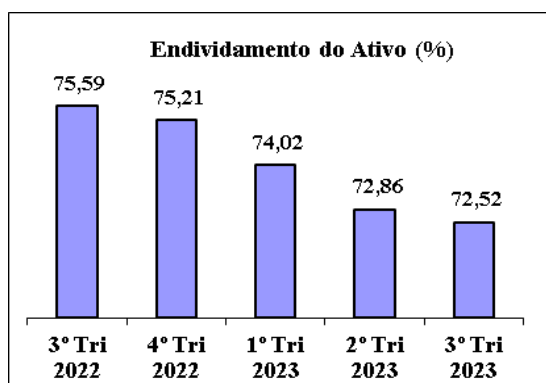
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

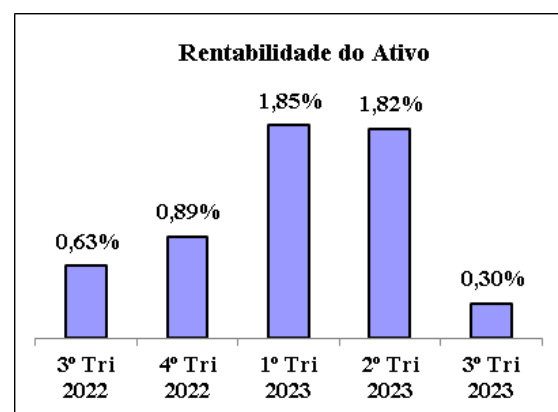
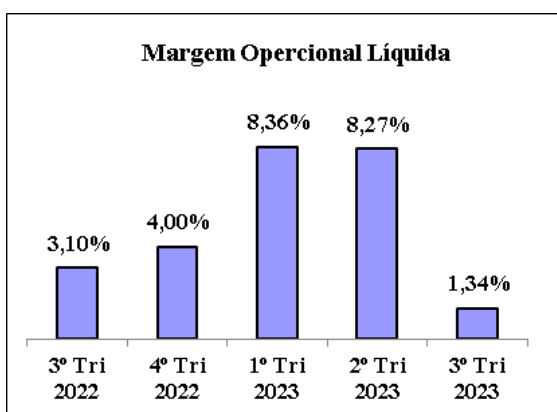
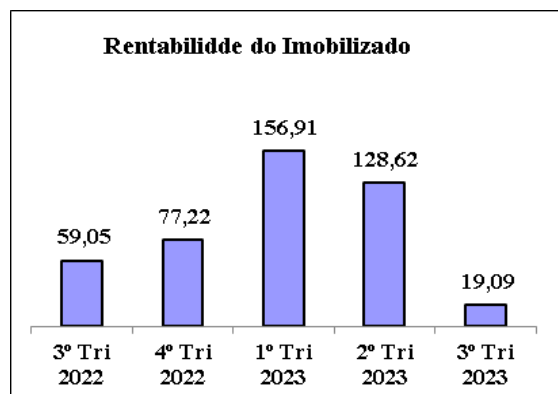
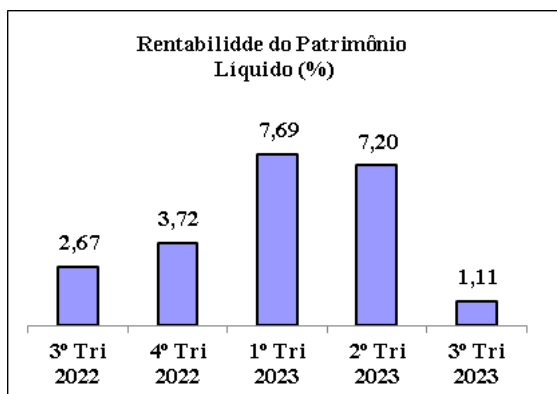


1.3. Endividamento

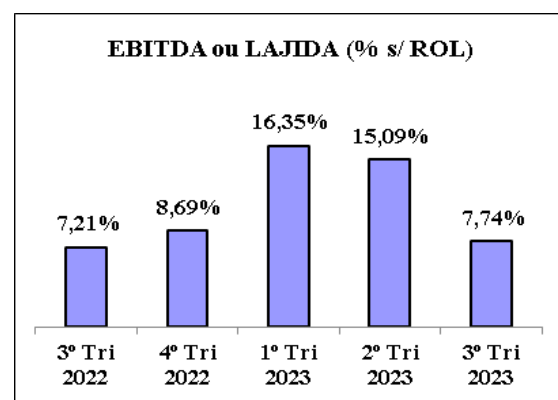
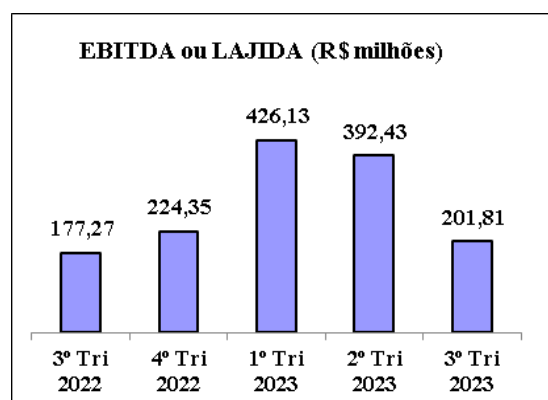


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

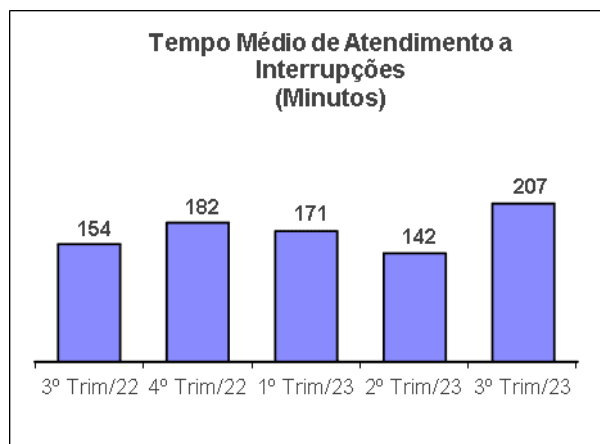
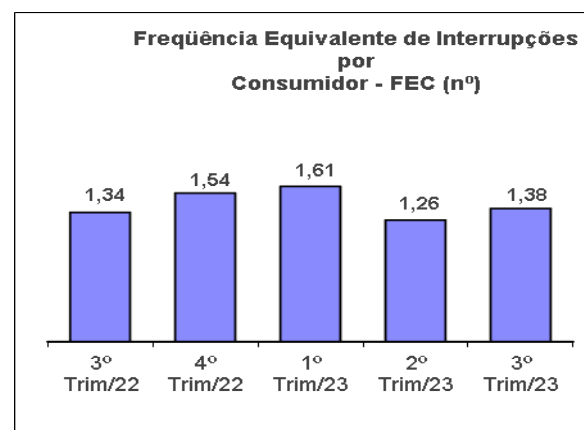
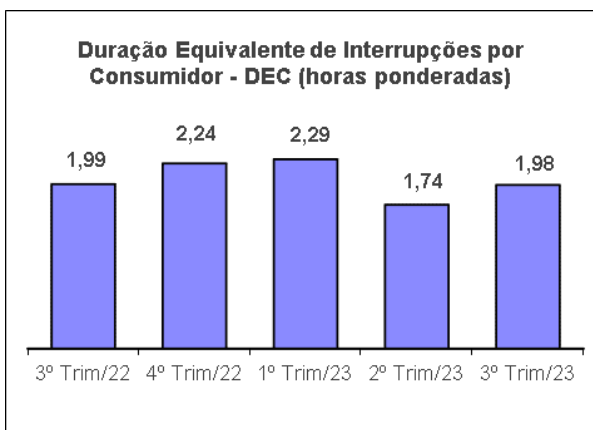
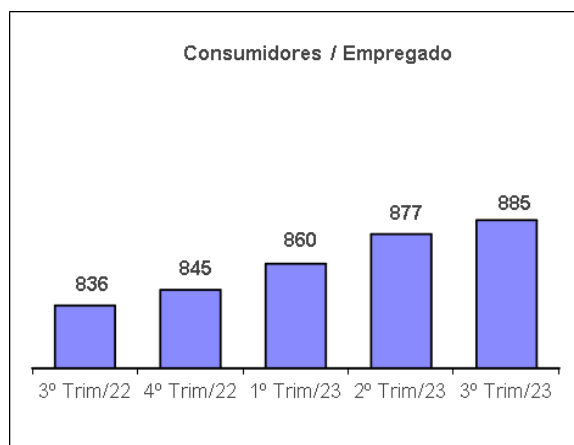
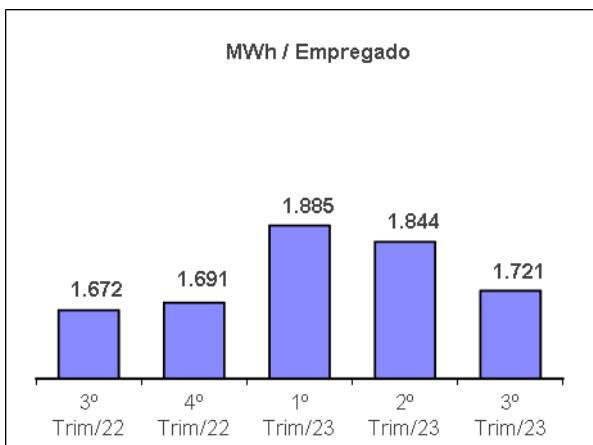


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2023.

Tarcisio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2023.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2023 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, dos períodos de três e nove meses findos em 30 de Setembro de 2022 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2022 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de Novembro de 2022, sem modificação.



Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levassem a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 9 de Novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1